

V. — MESA-REDONDA (Independência:
um debate) (*).

(*) . — Gravação de *Yashiro Yamamoto* (Instituto de Física/USP) (*Nota da Redação*).

MESA-REDONDA (Independência: um debate) (*).

Coordenador: *Eurípedes Simões de Paula* (FFLCH/USP).

Debatedores: *Carlos Guilherme Mota* (FFLCH/USP).

Cecília Maria Westphalen (Universidade Federal do Paraná).

Eduardo d'Oliveira França (FFLCH/USP).

Helga Iracema Landgraf Picolo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

*

*

*

Eurípedes Simões de Paula (FFLCH/USP).

Vamos dar início agora à nossa mesa-redonda.

Nos reunimos para debater em comum a problemática da nossa Independência. Queremos analisar as causas e as consequências desse acontecimento.

Não somos o mais indicado, e somos o primeiro a reconhecer isso, para a tarefa. Por isso nos limitaremos a dirigir os debates. Faremos, no entanto, algumas sugestões para dar início às discussões.

Queremos saber, em primeiro lugar, por que a nossa Independência deu-se em 1822, quando praticamente as outras colônias de origem espanhola já se tinham libertado da Metrópole.

Teria a migração da Família Real adiantado ou atrasado o nosso processo de Independência?

Teria a América Espanhola condições que o Brasil não possuiu antes da chegada de D. João, Príncipe Regente? Seriam as condições regionais da América Espanhola responsáveis por esse acontecimento? E o Brasil?

D. João teria tido verdadeiramente consciência da preparação da nossa Independência?

(*) — Realizada no dia 5 de julho, quarta-feira, às 14,00 horas (*Nota da Redação*).

O Príncipe D. Pedro teria sido o fator principal da nossa Independência? Qual o papel da imperatriz D. Leopoldina? E de José Bonifácio, Ledo e Clemente Pereira?

O Brasil estava preparado social e economicamente para a Independência?

Qual o papel das forças armadas? Por que teria havido a resistência portuguesa somente na Bahia e não em outras praças?

A maioria dessas perguntas, temos certeza, são bem simples. Com elas desejamos apenas provocar o início dos debates, para ver se conseguimos chegar a uma opinião sobre o processo da Independência.

A Prof^a Cecília Maria Westphalen trouxe por escrito sua intervenção nesta mesa-redonda. Tem pois, a palavra a Prof^a Cecília Maria Westphalen.

*

Cecília Maria Westphalen (da Universidade Federal do Paraná).

O PARANÁ NA CONJUNTURA DA INDEPENDÊNCIA.

I. — *Introdução.*

A conjuntura da Independência do Brasil é também aquela em que se delinearão os estímulos favorecedores da emancipação econômica do Paraná, em relação à Capitania, depois Província de São Paulo, sobretudo pela abertura do porto de Paranaguá ao mercado externo. Nessa conjuntura, a Comarca fundamentaria, pela atividade comercial, a sua emancipação político-administrativa, lograda embora tardiamente, em virtude dos mecanismos de pressão de que dispunha São Paulo.

Nesta Comunicação serão focalizados apenas alguns aspectos relativos ao comércio marítimo da Comarca, realizado através do porto de Paranaguá, que evidenciam: 1.º) — A sujeição da Comarca à Capitania que lhe cerceava a liberdade comercial; 2.º) — O estabelecimento da Carreira do Sul, com base na exportação de erva-mate, efetivando relações comerciais próprias que dariam apoio concreto para as suas aspirações de emancipação.

*

2. — *Restrições da Capitania ao comércio da Comarca.*

O porto de Paranaguá foi, até o último quartel do século XVIII, unicamente o fornecedor de farinhas de mandioca para a Colônia do Sacramento, para as tropas do Sul e para o socorro das fomes do Norte. Todavia, este foi um comércio pobre e que mal alimentava a importação de peças de vestuário e de sal que a Comarca não produzia.

A ação do Capitão-General Dom Luiz Antonio, embora o abafamento das liberdades políticas locais, preocupado que estava com o seu plano de ocupação efetiva das regiões interiores do Paraná, face à política de fronteiras, fizera animar as atividades comerciais da Comarca, chegando inclusive, pela maior frequência de embarcações e mercadorias no porto, a propor a criação de uma Alfândega em Paranaguá (1). Entretanto, os governos que lhe sucederam, foram de coerção no que respeita às liberdades do comércio marítimo paranaense. A partir do final do século, proprietários de pequenas sumacas, aparecem remetendo os produtos da terra para o Rio de Janeiro e Bahia, praças mais fortes, onde encontravam facilidades de colocação de toda a carga transportada, e podiam realizar os seus fornecimentos com maior largueza.

Desta maneira, se estabeleceu entre Paranaguá e o Rio de Janeiro, um comércio pequeno, mas regular e contínuo. Quando, porém, o Capitão-General quis novamente incrementar o movimento comercial entre o porto de Santos e a Metrópole, obrigou as embarcações saídas de Paranaguá que seguissem em direitura a aquele porto (2).

Entre os gêneros exigidos para embarque exclusivamente pelo porto de Santos, estavam a aguardente e o arroz, comercializados com a Metrópole. Comerciantes europeus, de procedência portuguesa, haviam justamente iniciado, a partir da década de 1770, a produção de aguardente, e daquela de 1780, o beneficiamento do arroz, em Paranaguá. Seriam eles, aliás, os primeiros agentes da animação do comércio exportador de Paranaguá.

Por sua vez, no planalto curitibano, haviam sido iniciadas plantações de trigo e, em 1780, a Alfândega de Santos anunciava a chegada das primeiras farinhas de trigo, vindas de Paranaguá, pesando 91 arrobas (3).

(1). — Offício de Dom Luiz Antonio ao Marquês de Pombal, de 3 de setembro de 1771. A.H.U.

(2). — Comunicado do Capitão-General, de 14 de dezembro de 1793, ao Sargento-Mor Francisco José Monteiro. D.A.S.P.

(3). — Relatório da Alfândega de Santos, do ano de 1780. A.H.U.

Entretanto, desde 1793 era proibida a saída de arroz para fora da Capitania, devendo ser transportado ao porto de Santos. Mesmo antes do arroz, desejado pela Metrópole, a medida proibitiva já alcançara as farinhas de mandioca, pelo receio de sua carência na Capitania (4).

Em 1794, novas ordens reafirmavam que as embarcações saídas de Paranaguás, deveriam seguir diretamente a Santos, mesmo aquelas carregadas somente com madeiras, pois se temia que levassem arroz e outros efeitos, sob a carga (5).

Em janeiro de 1795, foi esclarecido, ante os protestos gerais, que apenas aquelas embarcações que se dirigiam para o Norte, e não as que seguiam para os portos do Sul, deveriam passar pelo de Santos, desde que não conduzissem gêneros reservados ao comércio deste último (6). Assim, todos os barcos que se dirigiam para o Rio de Janeiro e demais portos do Norte, e aqueles que conduzissem mercadorias que entravam na pauta do comércio com a Metrópole, deveriam ser levados a Santos obrigatoriamente.

Os comerciantes de Paranaguá, por intermédio de sua Câmara Municipal, sustentam luta com o Capitão-General, em virtude dessa exigência, argumentando com a perda de tempo, as dificuldades da navegação e notórios prejuízos. Mas, o Governador precisava garantir os carregamentos de Santos para Portugal e, desta maneira, praticamente apenas o açúcar, pela sua abundância na Capitania, quedava livre ao comércio. Inclusive as farinhas de pau eram remetidas para o Reino.

Tantos os reclamos, que os comerciantes de Paranaguá obtiveram lhes fosse passada a Carta Régia, de 29 de abril de 1796, dispondo sobre o poderem navegar para os portos que lhes fossem mais convenientes (7).

Mas não era só o problema da navegação que os afligia. Em 1797, o Capitão-General, em bando, proibia o corte de madeiras de lei. Em consequência, o Capitão-Mór de Paranaguá fez recolher todas as serras dos moradores, proibindo-lhes cortar e serrar madeiras

(4). — Carta do Capitão-General, de 15 de abril de 1793, ao Sargento-Mor Francisco José Monteiro. A.H.U.

(5). — *Idem*, de 30 de março de 1794.

(6). — *Idem*, de 21 de janeiro de 1795, e de 23 de fevereiro de 1795.

(7). — In Ofício da Câmara Municipal de Antonina, de 31 de julho de 1803, D.A.S.P.

(8). — Bando de 8 de agosto de 1797.

de toda qualidade (8). A medida fora tomada a pretexto que as madeiras de lei eram reservadas para a construção de embarcações reais.

Os prepostos das autoridades da Capitania, em Paranaguá, também exerciam prepotência. O Sargento-Mór, em 1798, era acusado pela Câmara Municipal, de atravessar quanto feijão, milho, toucinho e farinha que existiam na praça, ocasionando a alta de preços e a carestia de víveres (9).

No início do século, a política do Capitão-Governador continuava em favorecimento do porto de Santos, ordenando fossem as embarcações de Paranaguá em direção ao mesmo.

Os comerciantes e proprietários de embarcações de Paranaguá, em 1803, protestavam ainda contra o terem de carregar rumo a Santos, aguardente, café, arroz, farinha de mandioca, e outros efeitos, ficando o porto de Paranaguá, em consequência, privado das embarcações do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, que costumavam a vir comprar os gêneros que a terra produzia, em troca do sal, das fazendas e panos que transportavam na segurança de levar, na volta, outros artigos de comércio.

Não eram apenas as dificuldades de navegação que levavam os paranaenses a protestar contra a medida, mas, concretamente, prejuízos financeiros que sofriam. Diziam que as medidas adotadas em Santos eram maiores que as de Paranaguá, havendo, pois, na pêsagem dos gêneros, uma quebra de 12%. De modo que, mesmo pagos, no porto paulista, iguais preços que no Rio de Janeiro, sempre haveria prejuízos. Em Santos também não havia o pagamento da sacaria. De outro lado, vendendo todo o arroz em Santos, e restando somente as betas e as madeiras para o comércio no porto do Rio de Janeiro, não teriam o suficiente para, nesta praça, adquirir o sal e as fazendas que necessitavam (10).

A questão prolongava-se. Em 1807, o Capitão-General defendia-se ante o Rei, em virtude de nova representação da Câmara Municipal de Paranaguá, acusando aos comerciantes desta Vila, de falta de mentalidade comercial e desconhecedores das suas reais vantagens, acostumados que estariam a uma servil e passiva relação com os negociantes do Rio de Janeiro e da Bahia (11).

(9). — Memorial de 20 de julho de 1798, dos moradores da Vila de Paranaguá, ao Capitão-General. D.A.S.P.

(10). — Offício da Câmara Municipal de Antonina, em apoio aos comerciantes de Paranaguá, de 31 de julho de 1803, D.A.S.P.

(11). — Carta de Antônio José de Franca e Horta, de 5 de julho de 1807. D.A.S.P.

Em 1811, quando, pela primeira vez, a Câmara Municipal de Paranaguá, representou ao Príncipe Regente, em favor da emancipação da Comarca, ela o fez alegando o estado de miséria, de abandono e de atraso em que viviam. E quando, no ano seguinte, solicitou a Pedro Joaquim de Castro Correia e Sá que promovesse a separação de São Paulo, dizia não mais ser possível suportar o estado de miséria a que chegara a Comarca, pois, sendo o tempo de maturação dos mandiocais, a farinha corria a 4 patacas o alqueire. E aquela terra que já havia abastecido o exército do Rio Grande com 10.000 alqueires, e socorrido a última fome, em Pernambuco, com mais de 20.000 alqueires, estava agora privada do pão brasileiro, e obrigada a importar farinha de mandioca. Nos dois anos precedentes, mais de 2.000 alqueires anuais tiveram de ser importados e, como acentuava a Câmara, os povos eram os mesmos (12).

O fisco da Capitania, com pesadas décimas impostas à exportação, empobrecia a Comarca que se via abandonada de qualquer assistência imediata. Ainda, em 1821, argumentava-se em Paranaguá, em favor da emancipação da Comarca, pelos grandes vexames que estavam sofrendo e, sobretudo, pelas grandes somas de capitais que seguiam para o Depósito da Fazenda anualmente, ficando esgotada a Comarca de moeda girável (13).

A carestia de gêneros era particularmente grave em 1812, agravando-se dia a dia, com a farinha de mandioca subindo a altos preços, e ocasionando a penúria dos moradores do litoral paranaense. A conjuntura, porém, logo apresentaria mudanças, em decorrência de fatores externos que sobre ela irão incidir.

*

3. — *Estabelecimento da Carreira do Sul.*

Entre estes fatores que teriam repercussões na vida econômica da Comarca, contam-se principalmente a abertura dos portos brasileiros ao comércio das nações amigas, aquela do porto de Buenos Aires, as revoluções do Prata e a política paraguaia, os quais levariam também à abertura do porto de Paranaguá e ao estabelecimento de fluxo comercial contínuo e regular com o Rio da Prata e ao Chile.

(12). — Offício da Câmara Municipal de Paranaguá, de 25 de abril de 1812, a Pedro Joaquim de Castro Correia e Sá. In *Documentos para a História do Paraná*, p. 174.

(13). — Vieira dos Santos, Antônio, *Memória Histórica da cidade de Paranaguá e seu Município*, vol. I, p. 366 e 377. Publicação da Seção de História do Museu Paranaense, Curitiba, 1951.

A falta de víveres em Montevidéu, motivada pelo sítio que lhes fora dado pelos patriotas de Artigas, faria com que desta praça se viesse a comprar gêneros nos portos brasileiros do sul, sobretudo em Paranaguá, conhecido pela produção de farinhas de arroz (14). Carente o Uruguai de madeiras e mesmo de lenha, do porto de Montevidéu também seria procurado aquele de Paranaguá, para o fornecimento de madeiras do litoral paranaense (15).

Madeiras, arroz, farinha de mandioca, foram os artigos que, primeiramente, nessa conjuntura, atraíram os platinos a Paranaguá. Sua presença, naturalmente, aumentaria o movimento comercial do porto, passando a circular, mesmo com fartura, a moeda de prata e os patacões, antes escassos.

Em virtude dessa nova e grande procura de gêneros que eles aproveitavam, aliás, para vender a altos preços, estavam os povos em sumo contentamento pela oportunidade que os tirava da miséria. Diz Vieira dos Santos que, a abundância de moeda de prata era tanta que não havia cobre suficiente para lhes fazer o troco pelo seu valor nominal de 960 réis (16).

A Câmara Municipal de Paranaguá registra que, ante as possibilidades de comercialização das madeiras, todo o povo aplicou-se nessa indústria e embarcações estrangeiras chegavam ao porto, a fim de conduzir carregamentos para os portos do Sul, de onde, aliás, não vinha outro troco, senão a prata (17).

Estatísticas organizadas em 1816 apontavam já a existência, no litoral paranaense, de 39 engenhos de arroz e cana, bem como indicavam que a lavoura de Paranaguá consistia na mandioca e no arroz, e que o seu tráfico era o de madeiras (18).

Mas, é certo que não foi apenas o comércio de madeiras e arroz que viria dar vida nova ao porto e aos moradores da Comarca. Um

(14). — Vieira dos Santos (Antônio), *Memória Histórica, Chronológica, Topographica e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real vulgarmente Porto de Cima*, tomo I, p. 69. Publicação da Secção de História do Museu Paranaense, Curitiba, 1951.

(15). — Câmara Municipal de Paranaguá, Vereança de 26 de abril de 1829.

(16). — Vieira dos Santos (Antônio), *Memória Histórica... de Morretes*, p. 70.

(17). — Câmara Municipal de Paranaguá, Vereança de 26 de abril de 1829.

(18). — Estatísticas organizadas, em 1816, pelo Coronel Manuel da Cunha Azevedo Coutinho Chichorro. Citado por Ermelino Leão, in *Dicionário . . .*, vol. 2, p. 570.

século após a Provisão Régia de 1722 (19), quando, em virtude de dificuldades políticas, opostas por José de Francia, foi quase impossível a comercialização das ervas paraguaias nos mercados platinos, e se passou a vir de Buenos Aires e Montevidéu em procura da erva-mate de Paranaguá, é que foram realmente inauguradas relações comerciais externas significativas, ampliando-se os horizontes econômicos da Comarca.

A procura de víveres, de madeiras e de erva-mate, fora possibilitada pela abertura dos portos. Portaria de 7 de junho de 1814 participava à Câmara Municipal de Paranaguá que o Príncipe Regente houvera por bem determinar que, nos portos da Capitania, inclusive no de Paranaguá, fossem admitidos francamente os navios que a eles viessem, de qualquer nação indistintamente (20).

Logo depois, a ocupação de Montevidéu, em 1817, pelas tropas de Lecor, mais ainda favoreceria a situação comercial de Paranaguá.

Tomara tanto incremento o comércio com a nova especulação da erva-mate que os negociantes fizeram fortuna rápida. Os curitibanos que produziam a erva e a vendiam no litoral, estavam de tal forma endinheirados que compravam bastante fazendas e até mesmo objetos de ouro lavrado, sem reparar o preço pelo qual eram ofertados (21).

Foi nessa conjuntura que veio a Paranaguá Francisco de Alzaray, argentino de Santa Fé, procedente de família que, desde o século XVIII, estava ligada às práticas e ao comércio ervateiro. Chegou ao Brasil no final de 1819, e em janeiro de 1820 já se dirigia ao porto de Paranaguá. Em ofício de 29 de março desse ano, o Capitão-Governador de São Paulo, recebia comunicação que o Rei, em 24 de janeiro, permitira a Francisco de Alzaray que pudesse negociar na compra e venda de erva-mate (22).

Alzaray, ante a falta de ervas paraguaias em Buenos Aires, teria vindo a Paranaguá com o objetivo definido de introduzir naque-

(19). — Provisão Régia aconselhada pelo Ouvidor Pardinho que permitia aos paranaenses o comércio com o Sul, porém desaproveitada durante um século.

(20). — Vieira dos Santos (Antônio), *Memórias Históricas... de Paranaguá*, vol. I, p. 231.

(21). — Vieira dos Santos (Antônio), *Memórias Históricas... Morretes*, tomo I, p. 70.

(22). — Negrão (Francisco), *Efemérides paranaenses*, vol. I, p. 165. "Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes", Curitiba, 1949.

le mercado as ervas paranaenses, já conhecidas, porém sem difusão comercial. Estabeleceu em Paranaguá o primeiro engenho de beneficiamento de erva. Com sua atividade fez abrir, como observa Vieira dos Santos, os olhos dos ignorantes paranaguenses e povos comarcões que longe estavam de bem avaliar a riqueza natural de que eram possuidores (23).

As técnicas de fabricação, beneficiamento e acondicionamento que teriam sido introduzidas por Alzararay, fundamentadas nas práticas ervateiras paraguaias e platinas, seriam de capital importância para o aproveitamento industrial da erva-mate paranaense, e, sobretudo, para a sua colocação nos mercados externos, embora sempre considerada de qualidade inferior às ervas paraguaias e missioneiras.

Saint-Hilaire, passando pela Comarca, em 1820, refere-se expressamente à procura observada da erva de Paranaguá por comerciantes de Buenos Aires, e nota que começava a ser conhecido dos curitibanos o método empregado pelos paraguaios no preparo do mate (24).

A extração da erva e a exportação do mate paranaense, ganham importância nessa década de 1820, embora embaraços da própria Guerra da Independência que paraliza o movimento do porto até a notícia da derrota da esquadra portuguesa, e do bloqueio do porto de Buenos Aires pela Armada brasileira, e da Guerra da Cisplatina que interrompem por momentos o comércio com o Rio da Prata.

Entretanto, embora as dificuldades da guerra, já no ano de 1826, decorridos poucos anos da chegada de Alzararay e de outros que o seguiram, a exportação de erva-mate constituía a base de todo o comércio marítimo da Comarca, predominando largamente sobre os demais gêneros, e atingindo a 70% do valor total das exportações paranaenses (25). De tal modo crescera o movimento do porto e animara-se o comércio externo que, em 1827, era criada e instalada a Alfândega de Paranaguá. E pouco depois, o Juiz de Paz notava que o maior comércio e navegação do porto, eram aqueles mantidos com os portos estrangeiros do Sul (26).

(23). — Vieira dos Santos (Antônio), *Memórias Históricas... de Morretes*, tomo I, p. 27.

(24). — Saint-Hilaire (Auguste de), *Voyage dans les provinces de Saint-Paul et Sainte Catherine*, vol. 2, p. 155. A. Bertrand, Paris, 1851.

(25). — Westphalen (Cecília Maria), *O porto de Paranaguá no ano de 1826: Estudos de micro-conjuntura*. Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, nº 2, Curitiba, 1962.

(26). — Ofício do Juiz de Paz, Leandro José da Costa, de 4 de janeiro de 1832. D.A.S.P.

*

4. — *Conclusão*

Essa atividade comercial voltada para os mercados do Sul, independentizados de São Paulo, caracterizou-se pela participação de empresários paranaenses, ou radicados no Paraná, na direção dos negócios da erva-mate, diferentemente do que ocorria com o comércio de gado, no qual os paulistas eram os grandes compradores e, pois, controladores, em grande parte, do mercado.

Vendendo ervas no Sul, os comerciantes do Paraná puderam, de outro lado, ter capitais para a aquisição de gêneros nacionais e de mercadorias estrangeiras, no Rio de Janeiro e, conseqüentemente, maiores relações na Côrte.

A exportação de erva-mate propiciou autonomia econômico-financeira à Comarca, em relação a São Paulo, e as representações em favor da sua emancipação, desde 1843, foram embaçadas no progresso comarcão, motivado pelo comércio exterior do mate que ocupava quase toda a força-de-trabalho disponível, e cerca de dois terços do capital em giro na Comarca.

*

Eurípedes Simões de Paula.

O debate é geral. Não se circunscreve apenas aos debatedores. A Prof^a *Myriam Ellis* pediu a a palavra.

*

Myriam Ellis (FFLCH/USP) lê:

“Não é meu objetivo interpelar a Prof^a Cecília Maria Westphalen. Desejo apenas colocar algumas questões que julgo convenientes que sejam acrescentadas ao esquema geral do problema em debate, apresentado pelo Coordenador, Prof. Eurípedes Simões de Paula. Desejo dar, enfim, a minha contribuição a tais debates”.

A História do Brasil não deve e não pode ser estudada como um departamento isolado, uma unidade à parte, em relação à História Geral. Assim, a nossa Independência, é um acontecimento não isolado, mas integrante de todo um processo histórico anterior a 1808 e prolongado até 1826. Desde a evolução do pensamento da economia, da sociedade e da política da Europa Ocidental, à independência dos países americanos.

De tarte, dentro de tal perspectiva, assume a feição de acontecimento inevitável e decorrente de fatores intrínsecos e extrínsecos.

Intrínsecos: a tomada de consciência de que o sistema colonial redundava em opressão, fato de que resultaram a Independência mineira, baiana, a ação desenvolvida pelo Areópago de Itambé, de academias e sociedades secretas e, por fim, a revolução de 1817. Extrínsecas: a suplantação do pensamento mercantilista europeu por novos conceitos, novas tendências. Uma filosofia econômica, política e social na Europa, notadamente na França e Inglaterra, e sua infiltração no Brasil por mecanismos de ordem vária e diferentes vias de acesso. A independência dos Estados Unidos da América do Norte, a Revolução Francesa, a atuação de Napoleão na História, a influência da Inglaterra em plena revolução industrial.

Impossível teria sido impedir a Independência do Brasil. Seria lutar contra a inexorável marcha dos acontecimentos no mudo ocidental, contra a própria História.

Ainda. A independência *total* do Brasil foi um expediente político, uma solução de último momento, não pensada, não cogitada anteriormente pelas autoridades encarregadas do governo do Brasil após o regresso da Corte Portuguesa para Lisboa, no ano anterior. Pensava-se, sim, numa independência *simbólica*, numa igualdade de direitos políticos para portugueses e brasileiros. Não no rompimento total dos laços políticos que até então haviam ligado a Mãe-Pátria e o Brasil. Sim, numa organização dual sob a Coroa e o Cetro de D. João VI.

Inicialmente eram os anseios constitucionais em que se ocultavam os de independência de fato, por parte de uma minoria patriótica.

Aliás, houve um duplo movimento no Brasil, na época, a princípio francamente solidário com o português, favorável ao sentimento liberal, em seguida, de defesa contra as atitudes anti-brasileiras dos líderes do constitucionalismo lusitano.

Sistema constitucional, liberdade e “independência”, com preservação dos laços políticos eram os anseios dos deputados brasileiros nas Cortes de Lisboa. E mais. Federação, alternância do trono em Portugal e na América portuguesa. Poder executivo conservado na Casa de Bragança e um corpo legislativo. União e não separação. É o que revelam os seus atos, especialmente os dos representantes paulistas, de acordo com as instruções recebidas, ou melhor, com as idéias de José Bonifácio.

Ante a pressão das Cortes foi que surgiu a grande oportunidade para a realização da Independência total.

Ante o perigo da desarticulação e inferiorização do Brasil não houve outra alternativa. D. Pedro, então regente, aderiu à causa da Independência, como recurso de última hora para salvar a unidade do país, o sistema monárquico e conservar o trono para os Braganças.

A ausência de cogitação no que tange à independência política de fato decorre de D. Pedro, José Bonifácio e de outros, entre os quais Hipólito da Costa, editor do *Correio Braziliense*. É o que revela a documentação coeva. É o que demonstra em seu jornal o grande panfletário.

O rompimento total e definitivo dos laços políticos entre o Brasil e Portugal decorreu, portanto, da atitude hostil das Cortes, alheias às realidades brasileiras, de que surgiu o ensejo de aceleração do processo histórico da Independência brasileira. Alheias, ainda, à realidade histórica do momento na Europa e na América.

Quanto à documentação que ilustra tais pontos de vista, ela é de fácil acesso aos interessados.

A ausência da intenção de se fazer uma independência total encontra-se nas “Instruções aos Deputados de São Paulo, de partida para Lisboa”, datadas de 10 de outubro de 1821 e transcritas na obra de Melo Moraes — *Brasil-Reino, Brasil Império* (pág. 84). Na “Representação de São Paulo a D. Pedro”, de dezembro de 1821. Também na obra citada (págs. 117 e 118). No “Manifesto do Príncipe-Regente D. Pedro”, de 1.º de agosto de 1822, impresso por Eugênio Egas em seu *Brasil Histórico*. (pág. 136), onde é evocada a idéia de constitucionalismo e não de independência. No “Manifesto do Príncipe-Regente aos Governos e Nações Amigas”, de 6 de agosto de 1822. Também em Eugênio Egas (pág. 142). Nesse manifesto, não existe idéia de rompimento de laços políticos, um mês antes do Grito do Ipiranga (pág. 150). Apenas afloram anseios de liberdades constitucionais.

Ainda. A 22 de setembro de 1822, ou seja, após aquela proclamação, D. Pedro, em carta ao pai refere-se a “*nós os brasileiros*”, com quem se identificava. Mas assinou-se “*seu filho e súdito*” (Eugênio Egas, *op. cit.*, pág. 153).

Quanto à documentação relativa à desastrosa política das Cortes, destaca-se a “Declaração de alguns deputados pelo Brasil nas Cortes de Portugal, que, de Lisboa se passaram à Inglaterra”, datada de Falmouth, a 22 de outubro de 1822. (Extraída do *Correio Braziliense* e publicada por Melo Moraes na obra mencionada, págs. 313 e seguintes).

E mais. O “Protesto dos Deputados de São Paulo”, com data de 20 de outubro de 1822, também extraído do *Correio Braziliense* e publicado por Melo Moraes (pág. 314). É o *Panfleto* que circulou em Lisboa logo que ali se espalhou a notícia do Grito de “Independência ou Morte”, com acusações, por parte dos absolutistas aos liberais e às Cortes por terem causado a perda do Brasil, êsteio de Portugal. (Melo Moraes, pág. 327). E os Decretos n.ºs 124 e 125, de 29 de setembro e 1.º de outubro de 1821 respectivamente, em que o Príncipe é chamado de “rapazinho” e convocado a regressar a Portugal, a fim de completar a sua educação, estampado no volume “O Ano da Independência”, número especial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Rio de Janeiro, 1922, pg. 9).

Ao terminar a nossa exposição insistimos em que a Independência do Brasil não pode ser encarada e estudada como um acontecimento político isolado. Incorpora-se a um *todo*, a um processo histórico do qual não se pode divorciar. E assume posição de consequência de imperiosa *fatalidade histórica*. E mais. Foi um recurso de última hora, de última instância.

E mais. Constitucionalismo, Liberalismo, anseios de Independência de fato, confundiram-se, de início, para depois tomarem rumos diferentes, seus devidos rumos. Patriotas, partidários da Independência total aproveitaram-se da efervecência constitucional no país para ganhar terreno para seus desígnios.

Havia que se levar em conta, ainda, os interesses da Inglaterra no Brasil. Mas tal matéria, por ser demais extensa não pretendo abordar no momento, talvez mais para diante, se surgissem oportunidades durante os debates.

Agradeço a atenção do Prof. Eurípedes Simões de Paula e dos presentes e com isso termina a minha participação na “mesa-redonda” organizada pela mui digna e esclarecida Coordenadoria”.

*

Eurípedes Simões de Paula.

Agora vou dar a palavra à Prof^a Helga Picolo, do Rio Grande do Sul. Evidentemente os presentes poderão inscrever-se para emitirem a sua opinião a seguir.

*

Helga Iracema Landgraf Picolo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Aproveitando a oportunidade que me dão as comunicações das Professoras Cecília Maria Westphalen e Myriam Ellis, que fizeram

referências à Cisplatina e à política das Cortes Portuguesas respectivamente, quero aqui fazer algumas considerações, a título de colaboração e para um debate sobre a Independência, sobre o processo da Independência na então capitania do Rio Grande do Sul. Durante praticamente todo o século XVIII, e ao tempo da permanência da Corte Portuguesa no Brasil, a preocupação com o balizamento da fronteira sul, foi uma constante.

Esse contacto com o Prata tem uma importância muito grande nos acontecimentos que precederam a Independência, no Rio Grande do Sul.

Razão tinha o articulista do *Correio Braziliense* ao alertar o governo de D. João VI, sobre o que poderia advir desse contacto, salientando os acontecimentos relacionados com as duas intervenções inglesas — 1806 e 1807 — no Prata e o movimento em prol da emancipação da Espanha.

Durante as lutas, circulou no Rio Grande do Sul um panfleto “Fala aos Americanos Brazilianos em nome d’América, por seus irmãos os habitantes das vastas províncias do Rio da Prata”, que procurou concientizar os brasileiros para que acompanhassem os platinos na sua luta pela independência.

Enquanto as lutas de desenrolaram, podemos dizer, que o sentimento liberal ficou como que adormecido no Rio Grande do Sul. Incorporada a Cisplatina em 1821, refletiram-se no Rio Grande do Sul os sucessos portugueses de 1820, a Revolução do Porto e a queda da monarquia absoluta em Portugal.

Caberia aos militares riograndenses — e o destaque sabe ao Marechal João de Deus Menna Barreto — a propagação e a defesa das idéias liberais no Rio Grande do Sul.

Os decretos 124 e 124 não foram aceitos no Rio Grande do Sul. A reorganização dos governos provinciais não foi feita como se determinou. O que se organizou foi um governo composto de 9 membros, tendo à frente o próprio Capitão Geral nomeado por D. João para o governo do Rio Grande do Sul. Esse governo não se subordinou às Cortes. Submeteu-se a D. Pedro, cuja autoridade foi acatada. A decisão das Cortes, determinando a volta de D. Pedro, foi mal vista.

O enviado riograndense, Coronel Manoel Carneiro da Silva e Foutoura, diria no Rio de Janeiro, por ocasião do Fico:

“ . . . Se já tivéssemos notícia do decreto nos apressaríamos a ir lá para fechar as gargantas da barra da cidade para impedir a retirada do Príncipe . . . ”

“ . . . fazendo ver a V.A.R. a absoluta necessidade de não dar a mais pequena providência sobre os 2 decretos 124 e 125; e, ou as Cortes aceitavam os motivos que obrigaram à Província do Rio Grande com outras do Brasil, de fazer suspender os referidos decretos ou nós entrássemos igualmente com V.A.R. em nossas medidas sobre os destinos do Reino do Brasil”.

As representações enviadas pela Câmara Municipal ao governo provincial, revelam que a Independência era uma idéia largamente aceita no Rio Grande do Sul. Mas o porque da preocupação com os dois panfletos que circulam em algumas partes da província (“A ida-de do Ouro” e o outro exaltando os “Sucessos da Bahia”, onde o parti-do português se opunha à Independência)?

Economicamente é muito difícil fazer considerações pela escassez de dados disponíveis.

Sabemos que repercutiu muito mal no Rio Grande do Sul a decisão das Cortes dificultando a entrada do trigo gaúcho em Portugal. Também há um manifesto medo por medidas que cercassem a liberdade de comércio.

Poderíamos daí deduzir que a Independência também é contra as Cortes, no que elas significam de recolonizadoras.

*

Myriam Ellis.

Posso dar um aparte?

*

Eurípedes Simões de Paula.

Pode fazê-lo.

*

Myriam Ellis.

Gostaria de chamar a atenção do auditório e de todos os sócios da nossa Associação Nacional dos Professores Universitários de História para a necessidade de estudos regionais sobre o evento “*Independência*”, porque o Brasil inteiro, do Nordeste ao Sul, de Leste a Oeste, palpitou diversamente no processo da cristalização e da concretização da “*Independência*”.

*

Eurípedes Simões de Paula.

O Prof. Carlos Guilherme Mota está justamente coletando esses dados e oportunamente publicará artigos de professores especialistas de como se processou a Independência em seus Estados.

*

Myriam Ellis.

Apenas uma lembrança a propósito da Revolução do Porto, exportada para o Brasil. Ela e a consequente política das Cortes não foram totalmente liberais. O movimento de 1820 foi recolonizador e, portanto, não era só liberal. A Constituinte de 1821 depois de seduzir o Brasil, pretendeu submetê-lo. E lembro ainda que foram as revoluções ibéricas que desencadearam os movimentos de Independência da América Latina.

*

Eurípedes Simões de Paula.

(Dirigindo-se ao Prof. Eduardo d'Oliveira França). — O Professor deseja falar agora ou quer deixar para depois?

*

Eduardo d'Oliveira França.

Desejo inicialmente um esclarecimento da Mesa, a respeito do procedimento dos debates, pois estou ouvindo verdadeiras comunicações.

*

Eurípedes Simões de Paula.

Não há comunicação, professor. O que a Mesa fez foi provocar um debate sobre o processo da Independência. A Prof^a Cecília Maria Westphalen trouxe sua intervenção por escrito. A Prof^a Myriam Ellis também leu a sua e a Profa. Helga Picolo fez o mesmo. Todas as idéias estão em debate.

*

Eduardo d'Oliveira França ()*.

Intimado como estou sendo, vou no momento fazer apenas algumas observações a respeito da comunicação que acabamos de ouvir de nossa colega D. Cecília Westphalen da Universidade do Paraná.

(*). — Texto revisado pelo autor (*Nota da Redação*).

Sua comunicação, à evidência, resulta de pesquisas que vem realizando sobre o porto de Paranaguá. Focaliza, tanto quanto me foi dado ouvir, o *Porto de Paranaguá no momento da Independência*.

Anoto a importância de estudos dessa natureza e desse nível, no plano das investigações da História local, área injustamente menosprezada na historiografia brasileira, como se fosse válida uma História Geral do Brasil sem o lastro da história de cada parte que compõe o todo.

Geralmente a História da Independência é estudada em termos de História da corte, dos governos, e das instituições centrais como se estes fossem iguais à totalidade da realidade histórica brasileira. História global do Brasil? Afinal ficamos sem saber o que realmente se passava em cada recanto do país — essa imensidão geográfica tão diversificada — quais eram de fatos os comportamentos políticos das populações em face do problema da Independência.

O balanço da situação de uma cidade portuária de província, no qual a ênfase havia de ser posta no econômico, uma vez que de um porto se trata, é uma contribuição muito positiva, principalmente quanto nós não temos ainda, e não sabemos quando chegaremos a ter, estudos em profundidade e modernos sobre a economia da Independência. Mal sabemos o que era economicamente o Brasil no momento da Independência, na variada gama de suas economias regionais desniveladas, a fim de que possamos melhor entender por que a independência econômica não acompanhou a independência política. A metrópole político-administrativa foi removida graças à ruptura de 1822, mas as metrópoles econômicas se multiplicaram atropelando-se na brecha aberta em 1808.

Queria agora, já dentro do trabalho apresentado, sem desmerecê-lo em nada, opor um pequeno reparo, antes de colocar um problema sugerido pela comunicação que vimos de ouvir com sumo interesse. O historiador endossou num certo passo de sua excelente exposição, esse persistente vezo nacional, de velhas raízes, de projetar para o governo a responsabilidade por todos os males, sejam quais forem. Se o porto de Paranaguá ia mal, o Governo tinha que ser culpado, e não, em suas limitações, o próprio povo que deveria produzir, transportar, exportar, prover armazéns, batalhar pelos preços, pelos fretes, enfim prover as conveniências de sua economia.

Não se diga porém que esta observação, uma quase defesa do governo de então, se insere numa faixa de paulistanidade, uma vez que

o governo que está sendo responsabilizado pelos males de Paranaguá era o governo da capitania de São Paulo que apenas aplicava uma legislação que não era dele próprio, mas que dimanava da Corte, aliás, da administração metropolitana, como por exemplo, a legislação sobre o corte de madeiras que embaraçava as exportações. Paraná era São Paulo, os males eram comuns, os mesmos. Fraternalmente distribuídos.

Esse reparo é pequenino, sem provocação, sem maldade. Há outro maior e diz respeito à própria colocação do tema. Onde a conexão entre essa economia portuária tão bem descrita, tão bem balanceada e o próprio movimento da Independência? A abertura para os problemas grandes, para os horizontes das compreensões, das interligações entre fatos de natureza diferente. O político e o econômico. Quando há queixas, esse descontentamento porventura existente no porto de Paranaguá, antes, durante ou depois da secessão político, até que ponto terá desempenhado um papel no desenvolvimento do processo de ruptura com a Metrópole? Se essas queixas endereçam-se ao governo da Capitania em que, na medida em que fermentavam ressentimentos, podiam predispor os espíritos para a aceitação de soluções radicais? Se as queixas visavam à Metrópole, então essa situação econômica insatisfatória poderia se traduzir em reações anti-metropolitanas sensibilizando os moradores para o secessionismo.

Estas observações devem ser feitas, quando se tem em mente situar problemas de dimensões locais — Paranaguá, no caso no contexto de problemas maiores — a crise da Independência, crise eminentemente política, que terá ocorrido ou não, dentro de uma configuração de crise econômica coenvolvente. Exemplo singular para o largo problema historiográfico das conexões entre as ondulações da economia e o desencadeamento de processos revolucionários.

A “revolução da Independência”, e “revolução” vai aqui entre aspas por ser a expressão objeto ainda de indagações críticas, esteve, de uma forma ou de outra, condicionada às dificuldades econômicas do país, e financeiras da corte. Dificuldades financeiras, problema grave. Gravíssimo, talvez, e por isso, objeto de registro dos historiadores, mas sem a indispensável conexão com o quadro da economia do país, e com o próprio sistema tributário que parece entrar em *parne* no momento crucial da crise política. Afinal, todos falam das finanças precárias da regência de D. Pedro, no desconcerto do Tesouro no Rio de Janeiro. Que sabemos das finanças capitaniais? E das economias regionais?

Não basta porém o estudo analítico dessas economias: é preciso investir para a busca das possíveis ligações entre “revolução” e as con-

junturas econômicas do momento a pressionarem as definições políticas dos espíritos que sofrem essa conjuntura.

Sabemos, desde os estudos de Labrouse, que a Revolução Francesa não brotou como fenômeno de crise econômica negativa; um ano, o de 1788, de más colheitas de cereais é demasiado episódico para condicionar a eclosão de uma subversão de estruturas enraizadas. Podemos nos perguntar: a Independência, fenômeno de crise de recessão ou de crise de prosperidade econômica? De gosto ou buscas de euforias econômicas, na atmosfera da Independência?

Valem a penas que estudos sobre a História portuária, no quadro da História Econômica da Independência, estudos como este, se multipliquem bem feitos e bem documentados, inclusive, torturados de quantificações, para que possamos, com segurança, encontrar as respostas ao problema grande: a Independência, essa crise de consciências políticas, fenômeno de depressão ou de exuberância econômica? Costuma-se pensar em termos de depressão, pois são as depressões que levam a inconformidades e estas a saídas radicais. Será verdade? Temos nossas reservas, e muitas coisas que aqui nos foram ditas acentuam essas dúvidas. A abertura dos portos havia proporcionado outra configuração para a vida econômica do país. Nesta linha, parece, temos de rastrear a busca de respostas.

Quanto à segunda comunicação que ouvimos a respeito da Independência no Rio Grande do Sul, trata-se de uma comunicação numa linha de historiografia clássica, na qual toda a ênfase foi dada aos acontecimentos políticos na sua sucessão. De novo, é de se registrar a importância da historiografia regional como condição para uma visão correta dos processos globais. É uma contribuição importante para o completamento do quadro do comportamento do bloco sul do Brasil na crise da Independência. Porque, nos sucessos, o sul atuou como um todo, e comandou o processo.

De fato, tem-se a impressão de que em 1822 a Independência, no seu impulso inicial e nas suas fórmulas finais, foi um fenômeno sulista. Foi, por assim dizer, mais fácil no Sul que no Norte, que trazia marcas dolorosas de tentativas precoces que se haviam dramaticamente frustrado. Por que o Sul? Pergunta à espera de respostas que sequer intentaremos esboçar.

Este bloco do Sul geralmente é definido na História geral da Independência em termos da trilogia: São Paulo, Minas, Rio de Janeiro. E quando falamos São Paulo inclui-se naturalmente a comarca de Paranaguá. Mas, é de se perguntar: e as outras áreas que não se envol-

veram desde logo nos eventos que culminaram com o gesto de 7 de Setembro?

Sabemos, e a comunicação que ouvimos comprova, que o Rio Grande se comportou de forma coesa com o grupo sulino, oferecendo a mesma fidelidade à corte regencial do Rio de Janeiro que polarizou a insubmissão separatista.

Há que completar-se o quadro, acrescentando-se o estudo do comportamento da Província Cisplatina — área de concentração de tropas, tão falado, mas ainda, ao que nos parece, mal estudado. Essa Província Cisplatina que era uma anomalia no quadro do Brasil mais brasileiro, e que colocava problemas muito específicos, inclusive os que decorriam da atração platina.

Era isso o que desejava dizer, um pouco apressadamente, a respeito das comunicações que tivemos o prazer de ouvir. Não queria porém deixar de contribuir para o debate delas, que merecem, pelo seu valor, reflexões que só a leitura pode inspirar, e não quero agora tomar tempo aos demais.

*

Somente ontem, véspera desta reunião, logramos encontrar tempo suficiente para reunir alguns apontamentos a respeito de certos problemas relativos à História da Independência que gostaríamos de ver aqui debatidos. Semear problemas pode ser o recurso de quem não se sente com forças para resolvê-los. Excusamo-nos desde logo de discrepar não pouco do roteiro de temas que nos foram propostos. Este roteiro parece-nos ter sido elaborado numa linha de historiografia tradicional que é por certo mais familiar à maioria, o que de certo modo pode justificar a sua adoção. Desejamos entretanto oferecer à crítica de todos, a contribuição de uma problemática um pouco diferente, e ao mesmo tempo, um discreto convite no sentido de pesquisas em outros rumos. Não nos propomos a resolver problemas nenhuns — por carência de pesquisas próprias em profundidade mas tão somente a suscitá-los, detendo-nos na periferia. Algumas hipóteses de respostas, a serem verificadas, poderão incidentalmente ser de certa forma úteis.

O estudo da Independência em grande parte está ainda para ser refeito em sintonia com análises mais recentes e mais compreensivas dos processos de secessões políticas dos séculos XVIII e XIX, em especial, algumas que vêm sendo feitas nos Estados Unidos a respeito das independências no hemisfério. Alguns historiadores americanos esforçam-se por reescrever a História de sua independência nacional

ultrapassando a fase basicamente narrativa dos sucessos dos anos dramáticos do conflito com os ingleses, mediante a consideração dos processos revolucionários e do sentido histórico-social dos eventos, projetando-os em configurações globais. É o que ocorre em obras como as de Gottschalk, Palmer ou de Jamecon. Ou mais a obra de Vernon Parrington sobre o pensamento revolucionário nos Estados Unidos ou a de Douglas sobre os rebeldes e os democratas na Independência americana. Supera-se uma historiografia essencialmente individualista e de simples concatenação dos fatos em sua sucessão. Re-estudos como esses, e outros, se empreendidos por historiadores brasileiros, tomando-se como elementos de comparação e fonte de sugestões podem resultar válidos. Sem se esquecer porém que o essencial não são as transposições, mas as reflexões críticas sobre a realidade histórica brasileira.

1 — *Um ponto de partida: o lastro ideológico.*

Quando abordamos os grandes processos de transformações político-sociais — a Revolução Inglesa, a Revolução Francesa ou a Revolução Americana — a primeira manifestação que desde logo buscamos é aquela que ocorre na intimidade do pensamento: a revolução nos espíritos, as novas predisposições mentais que se expressam em filosofias revolucionárias. Em Locke, em Rousseau, em Thomas Paine. Aquele novo instrumental de idéias a que se costumava chamar: a doutrina revolucionária. O que hoje dizemos, usando da equívoca terminologia de agora — as ideologias, tendo-se em conta o impacto do social nas invenções das inteligências individuais.

O lastro ideológico da Independência não se encontra ainda suficientemente bem estudado e sistematizado. Não sabemos ao certo o que pensavam os homens que participaram do processo político, nem temos o balanço do equipamento de seus espíritos. Houve uma teoria da Independência, ainda que difusa, indecisa?

Para o inquérito, precisamos penetrar no mundo resvaladio dos conceitos, daqueles conceitos fundamentais que circulavam no tempo e que transformados em idéias-força comandavam as opções dos espíritos no final do século XVIII. A afiliação mais ou menos consciente, ou de mero contágio, ao pensamento ilustrado da filosofia das luzes. Mas, não só as novas idéias que convidavam à aventura das mudanças políticas, mas também as velhas idéias de fundas raízes do Antigo Regime que as podiam mascarar ou soffrear. Estas não caíam como folhas mortas de outono ante a ventania daquelas, mas resistiam tenazes e ainda cheias de vida frente ao assalto das inovações.

Um *idearium* da Independência mais definido para uns, mais nebuloso para outros apontava os objetivos pelos quais haviam de lutar. Nos embates dos acontecimentos porém, as idéias flutuavam balançadas pelas circunstâncias, e com elas, o próprio significado das palavras que, semeados na documentação contemporânea, são os veículos ou testemunhos — às vezes mascaramentos — das adesões das vontades, dos comprometimentos mentais, das senhas e contra-senhas dos vários elementos sociais coenvolvidos nos conflitos políticos. Aquelles pensamentos nem sempre límpidos e consequentes, uma vez projetados no campo da ação, contagiavam-se de uma carga afetiva e de uma tônica de voluntariedade que os transformavam em fontes de energia a dinamizar as atividades de resistência, de contestação, de reformulação das instituições desgastadas.

Não se trata, porém, na indagação dos investimentos ideológicos, de partir-se de um pressuposto nimamente intelectualista de que um disciplinado código de idéias consistentes tenha presidido linearmente, sem contradições a toda a trajetória política, ou de que os homens colhidos pelas responsabilidades das decisões, tenham estado sempre fielmente a serviço de um corpo coerente de formulações teóricas. É preciso contar com as inequações entre idéias e atos, pois as idéias não circulam no vácuo, mas na vida, e esta por sua vez tem seus imperativos que não são gratuitos. Um Vilela Barbosa, revolucionário lusófilo das Cortes, não é o mesmo que desembarca no Rio e preside à dissolução da Constituinte de 24, nem ainda a figura paternalizada do futuro marquês de Paranaguá dos Conselhos do Paço imperial. A trajetória política de D. Pedro que se pode acompanhar em suas cartas não é um primor de coerência. Interesses, acomodações, oportunismos, negações, justificações apoteorísticas ou racionalizações de comportamentos consumados, afetam a cada passo as congruências entre as teorias e as práticas.

A análise das idéias no instante em que transitam do recesso dos espíritos para o tumultuar dos acontecimentos tem que ser feita, de um lado, em conexão com as atitudes dos indivíduos ou grupos portadores delas, e de outro, em função dos embates dos eventos que as alteram, que as simplificam ou obscurecem, que as mutilam ou distorcem num sentido adaptativo, polindo-as e repolindo-as como pedras roladas. Elas se combinam e descombinam na medida em que circulam e para que possam circular, sobretudo em meios pouco homogêneos ou escassamente amadurecidos para que haja uma real assimilação de seu significado e de suas implicações. D. Pedro, o constitucional, sentir-se-ia cromwelliano ao dissolver a Constituinte? E há ainda a considerar-se a carga de sinceridade, de teste sempre duvidoso, no mo-

mento da mobilização das idéias que são fins para uns, mas que para outros são instrumentos ou disismulações.

Entre a propositura de um complexo de idéias teóricas e sua implantação na opinião, há uma larguíssima faixa de acomodações, de recondicionamentos, de infidelidades. Para vencer, total ou parcialmente, elas pagam o preço do proselitismo: têm de contornar resistências e desconfianças, contorcer-se em provas de viabilidade quando de sua integração na prática das instituições, romper as inércias e as imaturidades dos meios sociais aos quais se destinam. São inexoravelmente submetidas a uma triagem seletiva principalmente quando, em vez de criação expontânea do próprio ambiente, são importadas como sistemas acabados. Como ensina Fernand Braudel nos empréstimos culturais, há sempre um contingente de rejeição, ora consciente, ora cega.

Se as idéias se flexionam nas pulsações dos acontecimentos mormente quando são transaladadas de um meio para outro, com elas pode transfigurar-se a própria carga semântica daquelas palavras de apoio que, na documentação contemporânea, veiculam os temas das opções da inteligência, os compromissos mentais, aquelas senhas e contrasenhadas usadas pelos elementos sociais co-envolvidos nos antagonismos políticos. Aqueles pensamentos ou conceitos, nem sempre suficientemente precisos que, uma vez atirados para o campo da ação adquirem um tonus afetivo e um potencial de voluntariedade que os transmudam em verdadeiras fontes de energia a impelir os comportamentos dos indivíduos ou das facções.

Rastrear as idéias do passado nos autores do tempo enquanto as ordenam no silêncio dos gabinetes, absorvendo-as na calma de suas leituras ou articulando-as em construções sistemáticas e conscientes é, sem dúvida, importante. Mas, para o historiador sensível aos entrecosques da vida menos disciplinada que a razão, esta seria apenas uma etapa das indagações, porventura a etapa juvenil da biografia das idéias. Vitalidade e impacto elas adquirem quando projetadas na liça dos acontecimentos, quando confrontadas, não por alguns, mas por muitos, com as realidades que pretendem explicar, recondicionar, resolver. Quando se conpenetram pensamento e ação.

Não se contenta o historiador com inventariar as idéias no seu limiar genésico quando aparecem, geralmente bem comportadas em livros, em artigos doutrinários, em manuscritos não raro de mínima circulação; busca também e principalmente surpreendê-las efervescentes nas correspondências, nos jornais, nos manifestos, nos panfletos, nos debates parlamentares, nos projetos e nas leis, nos processos poli-

ciais ou judiciais, e até nos vivórios das multidões. Nas afinidades que aglutinam os grupos políticos ou sociais ou nas divergências que os antagonizam, nas decisões ou contenções mais significativas dos indivíduos. Então as idéias se apresentam cambiantes, fragmentárias, seletivas, contraditórias, batidas e rebatidas pelo uso, pelas pressões do momento, pela terrível força das circunstâncias. Acasalam-se muitas vezes morganaticamente com tradições e costumes refratários, infiltradas de elementos afetivos, reajustadas pela estratégia da ação. Adeus coerências: na instância da vida vivida, confundem-se verdades e utopias, realidade e ilusões. Um mimetismo das idéias quando sobrepostas ao concreto da existência histórica.

Nesta perspectiva, o estudo das doutrinas que inspiram as grandes transformações político-sociais tende a se fazer menos no campo da pura História das Idéias, deslocando-se de preferência para o âmbito muito mais compreensivo da História das Mentalidades. As idéias quando se transmudam em convicções, compromissos, justificações, representações, crenças, vontade, mito. Quando passam, mal comparando, da fase da produção para a fase do consumo. Quando os homens admitem lutar, e até morrer ou matar por elas.

Pouco sabemos sobre as idéias políticas e sociais correntes na época da crise da Independência. Alguns trabalhos esparsos, e nenhum esforço pioneiro de sistematização. Para agravar o vazio, há todo um mecanismo inconscientizado de transferência de conceitos atuais para um passado relativamente próximo que precisa ser retificado. E ainda mais, um despercebido pressuposto da coincidência forçosa entre as idéias motoras das mudanças político-sociais e os resultados concretos que delas possam ter decorrido.

Um exemplo: a própria idéia de *independência*. Qual era a idéia que se tinha então do que fôsse independência? No Brasil tanto quanto em Portugal? Tende o historiador, que escreve sempre *post eventum*, a ver a idéia de independência em função daquilo que acabou por acontecer, aplicando inadvertidamente, um sentido único à palavra, ao atribuir-lhe, sob a impressão do fato consumado, o sumário significado de secessão entre o Brasil e Portugal. Nessa tendência sofre ainda a indução de fatos da mesma natureza, mais ou menos contemporâneos, ocorridos em outros países. Independência, igual à total separação político-administrativa entre colônias e metrópoles.

Esta anotação, de resto, em harmonia com os fatos, mas que é atual, é deslocada para o passado, e sem cerimônia atribuída como idéia a brasileiros e portugueses, a fluminenses e pernambucanos, a D. Pedro e José Bonifácio ou a Clemente Pereira, do princípio ao

fim de suas atuações políticas. Desta forma, todos os que pleiteavam a independência teriam essa idéia comum: divórcio radical entre os dois países, ruptura drástica do vínculo colônia-metrópole, ou melhor, da vinculação reinos-unidos.

Dessa transposição simplificadora resultaram dificuldades de compreensão de certos fatos: a militância de portugueses de nascimento em favor da independência, certas reações provinciais de resistência ou desconfiança, ou a manutenção de D. João VI como soberano pelo tratado de 1825, e anos depois, a herança da coroa portuguesa em favor de D. Pedro.

Acontece porém que, na época, falava-se também e muito em “independência sem separação”. As Instruções paulistas de 1821 que tanto haviam de excitar as Cortes, recomendavam logo no 1.º capítulo a indivisibilidade do Reino Unido, para logo a seguir reclamar a igualdade dos direitos políticos e civis. Nas idéias que ao longo do texto se vão explicitando percebe-se uma visão da independência sem ruptura. Já antes, em 1820, quando da sublevação de Lisboa, na própria Corte, houve quem aventasse a idéia — Vilanova Portugal — de independência do Brasil, por iniciativa do Trono, numa estranha inversão de termos. Independência de Portugal ou do Brasil? Verdade é que em 1820 os descontentamentos na Europa contra a dinastia ausente eram mais agressivos do que os porventura manifestos no Brasil contra o domínio português. Em junho de 1822, em plena oposição às Cortes, mas não ao Rei, D. Pedro referia-se à “Independência moderada pela união nacional”. Equacionava-a claramente dentro do quadro do Reino Unido.

Podemos pois indagar se no início do século XIX a idéia contida na palavra independência era tão simples e positiva, tão unívoca como solução política quanto a tem apresentado a historiografia posterior. Independência — idéia de independência — fato acontecido terão sido necessariamente no desenrolar do processo, a mesma coisa? Uma transição natural: uma idéia que se faz programa de ação, e afinal se concretiza em fato político. Partindo do pressuposto desta sequência retilínea, passa o historiador, seguindo em seu raciocínio a ordem inversa, isto é, remontando do fato à idéia que o teria incitado, à inferir que o acontecido retrata a idéia que norteou toda a ação política.

A idéia vencedora pode ser uma resultante de múltiplas vicissitudes, ainda que a palavra se conserve a mesma. Idéia de independência ou idéias de independência? Não terá sido a separação uma de várias alternativas cobertas pela palavra independência, e que afinal

trunfou, consumando-se como solução institucional, acarretando a fixação do significado que tem atualmente a palavra?

A consideração das versões da palavra independência que circulava enleada pela polimórfica idéia de liberdade, essa bandeira furta-cor, pode dissipar as aparentes incoerências de comportamento político de muitos homens do tempo: de D. Pedro, de José Bonifácio, de Clemente Pereira, de Caetano Pinto, que se batiam pela união, e que para preservá-la reclamaram a permanência do Regente no Brasil e que meses depois encenavam a aclamação do imperador rebelado. Ficando o Príncipe fazia a independência, mas, pensava-se, com isto elidia-se o perigo da censura entre os dois reinos. Não, não se tratava de maliciosa manobra argumentativa para desarmar resistências: havia sinceridade naquele momento decisivo.

E havia ainda a ronda inquietante do republicanismo, dos chamados democratas. Subjacente, podemos anotar, estava uma constante afetiva difusa nas opiniões: o sentimento de *lealismo monárquico*. Aquilo que cinco anos antes inspirava a José Bonifácio o Elogio Acadêmico de D. Maria I no qual proclamava seu amor e lealdade ao Trono e sua gratidão à rainha que lhe propiciara estudos no exterior, a dizer que os portugueses são mais filhos que vassallos de seus soberanos. O mesmo sentimento que induzia D. Pedro, a superlativamente, jurar com sangue fidelidade ao pai. Para as consciências era mais fácil romper com Portugal do que trair ao Rei, e na circunstância Portugal eram as Cortes.

Em Lisboa, na assembléa, a convicção da existência de um ativo partido da Independência era mais nítida, pois estavam presentes nos espíritos os precedentes das Colônias Inglesas e das Espanholas. Debalde alguns deputados brasileiros intentavam demonstrar o contrário. Antonio Carlos, seu líder mais veemente, poderia egresso que era da Revolução de 1817, lembrar que ao sair das prisões baianas, manifestara-se contra a pretensão de se “rachar em duas a mesma nação” destruindo-se a unidade central.

Nos mesmos espíritos, conforme as circunstâncias, flutuava a idéia de independência. Quando em 1821, em outubro, D. Pedro escrevia reiterando sua lealdade, que a independência pretendia cobrir-se com êle e com a tropa sem o conseguir, ou proclamava aos fluminenses reprovando-lhes o delírio de intentarem outra ordem de coisas, era na “loucura” da separação que pensava e então esbrazava seu lusitanismo. Depois do “Fico”, se não mesmo antes, a acepção da palavra começou a mudar em seu espírito.

Foi porém sob a égide do unionismo que se decidiu a permanência do Regente no Brasil, evitando-se a um tempo a secessão e as conspirações dos democratas. A linha do pensamento expresso por Clemente Pereira. Algum tempo depois, em junho, dizia D. Pedro, ao por o problema em termos econômicos, que dependente era Portugal e independente o Brasil. Logo após o “Fico” escrevia o Senado carioca às Cortes que o Brasil queria ser “soberano com Portugal, e nunca súdito; independente como ele, e nada menos”, e recomendava aos deputados um pacto indissolúvel, em condições iguais. Era nesse *status* de igualdade que via a independência.

Quando se pediu a convocação de Constituinte brasileira, era Ledo quem afirmava que o Brasil queria a independência firmada sobre a “união bem entendida com Portugal”, obedientes ambos ao mesmo chefe. Na representação que então redigiram, Ledo e Januário definiram o que pensavam da independência: “A independência, Senhor, no sentir dos mais abalisados políticos, é inata nas colônias, como a separação das famílias o é na humanidade; e a independência assim modificada é de honra ao Brasil, é de utilidade a Portugal, e é de *eterno vínculo* para a monarquia geral”.

Opunham-se duas concepções de independência: a moderada e a absoluta. A *independência moderada* pedia a D. Pedro em sua proclamação aos baianos, e equivalia a uma autonomia jurídico-administrativa, mantendo-se o liame entre os reinos sob a fórmula da monarquia dual, com uma política externa comum. Em contraposição, remanescentes de movimentos anteriores, em geral com pendores republicanos havia, descoordenados e impotentes, os partidários da *independência absoluta*, na esteira do modelo americano. Estes mal ousavam se revelar, e de sua existência suspeitavam as Cortes apesar dos protestos da deputação brasileira em contrário.

A idéia de cesseção era de inimigos, adeptos da independência absoluta; na defesa da Junta de São Paulo, contra esses investia Vergueiro em Lisboa, pedindo que se evitasse a separação e se promovesse a união.

Na mesma linha de independência moderada, que muitos entendiam ser, por coerência de princípios, aceitável por parte das Cortes, foi o projeto de estrutura constitucional para o Brasil de autoria de uma Comissão especial, apresentado a elas a 17 de junho, estatuinto a igualdade entre os dois governos, a ponto de alguns deputados portugueses falarem em independência mascarada.

Conceituava-se independência como equivalente a *não dependência*, ou redução da dependência, o que se pretendia imprudentemen-

te reforçar. Não era uma fragmentação o que se pleiteava, mas uma reacomodação institucional. Esta formulação não era uma “comédia” como pensou Otávio Tarquínio, ou simples tática de contemporização para amaciar as resistências; era uma concepção de independência. Era a igualdade entre as duas porções, sem a qual escrevia D. Pedro ao Rei, não haveria união, sendo absurda a dependência do Brasil em relação a Portugal.

Esta concepção autonomista de igualdade de estatuto era a de José Bonifácio ao autorizar o decreto de convocação da Constituinte, assembléia luso-brasiliense, dizendo que o Brasil já estava de posse da independência (isto antes de 7 de setembro), independência marcada pela natureza e que agora se ia erigir, dentro da união com as demais partes da família portuguesa. Ao pedir-se a convocação, visava-se a regular-se o estado de união com Portugal, revendo-se a Constituição num pressuposto de integridade: uma reelaboração legislativa como afirmação de vontade de autonomia.

Há muito o que pesquisar-se nesta linha de aproximação do pensamento político, de sua originalidade em face do que se passava no Continente. Não resistimos à tentação de considerar, ainda os manifestos de agosto que, para muitos, já era de independência, antecipações do pronunciamento do Ipiranga. Um, de Gonçalves Ledo, dirigido ao País, e outro, de José Bonifácio, endereçado às Nações, assinados ambos por D. Pedro. São redigidos na presunção de que a independência era fato consumado, e em ambos está presente a convicção de que a união persistia.

O primeiro, agressivo contra as Cortes e superlativo em promessas, conjugava a união e a independência políticas, o que a Oliveira Lima pareceu uma contradição, contradição aparente, pois era justamente nestes termos que naquele momento se concebia independência. Dizia-se que, uma vez convocada a Constituinte, o Brasil havia proclamado sua independência política e que se mantinham as relações comerciais para a conservação da união.

No segundo manifesto, de 6 de agosto, anunciava o Príncipe, com toda a clareza, que não desejava cortar os laços de união e fraternidade que deveriam fazer da nação portuguesa um só todo político sob um só Rei, de quem era herdeiro e delegado. Continuava a ser, e assim o afirmava, Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A ruptura era com as Cortes, e não com a monarquia, cujo chefe estava prisioneiro em Portugal, nem com os princípios constitucionais comuns às duas partes. Não fosse o primeiro manifesto, poder-se-ia suspeitar que este se destinava a distrair as prevenções da Santa Aliança.

Não era outra a definição do Ministro quando da circular de 14 de agosto ao corpo diplomático, anunciava que o Brasil proclamava a sua independência, respeitada a “decorosa união de todas as partes e a obediência a D. João VI, sob cativo em Lisboa”.

Parece que daí por diante as posições passaram a se radicalizar e o significado da independência passou a se alterar no círculo da Regência. A maçonaria aprovou uma moção de independência com a instituição da monarquia constitucional em favor de D. Pedro: independência já era a separação das coroas, a ereção de nova soberania. Quando no Ipiranga o Príncipe irritado afirmou: “Estamos separados de Portugal”, nesse instante devia ter adotado outro significado para a palavra independência no lema “Independência ou Morte”. Tanto assim que, logo depois escreveria ao pai para dizer que de Portugal não queria mais nada, nada. Outra idéia, outras atitudes, outras soluções. Estava longe o dia em que, segundo depõe Cairu, proclamava D. Pedro ao povo por ocasião da retirada de Avilez: “Não penseis em separação nem levemente; se isto fizerdes, não conteis com a minha pessoa”. Em outubro declarava que o Brasil não era mais parte integrante da monarquia portuguesa.

As Cortes ao colocarem pela palavra de Fernandes Tomás a alternativa da união com subordinação, ou separação, haviam precipitado o trânsito dos espíritos para a visão da independência como secessão. E a mudança ocorreu sem que a primitiva idéia percesse de todo e de vez.

Com este exemplo assim aflorado, cremos haver mostrado a importância do estudo das idéias que comandavam os comportamentos políticos. Idéias consubstanciadas em doutrinas ou contidas em palavras e expressões que circulavam, recentemente importadas, nos meios políticos pedem estudos analíticos. Palavras como *nação, povo, patriota, cidadão, lei, direitos do homem, democracia e democrata*, e uma porção de outras. Palavras mágicas como *Constituição e constitucional*. Palavras-referência para um levantamento, por assim dizer, sintomático, do equipamento dos espíritos e de seu nível de politização: Qualquer coisa como o estudo da “*utilização mental*” política, na linha indicada por Lucien Febvre. Mas, para além da ocorrência de uma nova terminologia política, há manifestações de natureza doutrinária, ainda que em geral polêmicas, à espera de estudos críticos e sistemáticos.

Há, além dos artigos de jornais, que eram então mais opinativos que noticiosos, um verdadeiro derrame de panfletos túmidos de ideologia política a serem restolhados. Uns clandestinos sob pseudôni-

mos que ocultavam gente de prestígio intelectual ou social. Gente como Sereviano Maciel, Soares Franco, Bernardo da Gama, Cunha Matos, Gomes Brandão, o futuro Montezuma, Silva Lisboa, o futuro visconde de Cairú, Mariano da Fonseca, o futuro marquês de Maricá, o andradista Francisco de França Miranda, desembargador, e tantos outros. O próprio D. Pedro e seu indefectível Chalaça não desdenharam participar desse torneio, nem sempre doutrinário. E estrangeiros também. Esses panfletos, versando sobre os problemas do momento — a permanência da Corte, a integridade da monarquia, a revolução no Brasil, seus direitos de reino, as vantagens da união ou da separação, a sede do governo, a Constituição portuguesa, os antagonismos entre brasileiros e lusitanos, o modelo norte-americano, o antigo-regime, a reação dos brasileiros, o sentido do “Fico”, são significativos, não apenas porque revelam idéias decorrentes, mas também porque difundidos e discutidos, contribuíam para a formação da opinião política do povo. Em 1821, por ocasião dos motins fluminenses, um mulato gritava junto à sege de D. João VI, vivas ao povo soberano. “Povo soberano”, isso era a aclimatação cabocla de Rousseau, trocado em vivoteios de rua. Artigos de jornais, polêmicas, manifestos, cartas-abertas, toda uma literatura de combate começa a ser objeto de estudo a ser explorado.

Tudo parece indicar que a idéia inicial de independência, pelo menos nas esperas mais politizadas, era a de autonomia, numa confederação de dois reinos iguais em hierarquia, e não de uma fragmentação com diferenciação de soberanias apartadas. Esta fórmula acabou por prevalecer, e passou para o artigo 1.º da Constituição que expressamente excluía com qualquer outra nação laço algum de união ou federação contrário à independência. À primitiva idéia porém, mesmo depois da ruptura e da luta armada, permanecia recessiva nos espíritos, e por momentos ressurgia como quando do Tratado de Reconhecimento, negociado sob a égide da Inglaterra, mas sob o signo do legitimismo monárquico, da Santa Aliança, consagrava-se no plano internacional, a monarquia dual, isto é, o mesmo rei para ambos os países. Reaparece ainda quando D. Pedro voltou a reunir em sua pessoa as duas coroas herdando o trono português, ao qual teve de renunciar, abdicando em favor da filha, sob pressões de caráter nacionalista dos brasileiros temerosos de uma reversão lusitanizante.

Em qualquer hipótese, essas fórmulas precisam ser confrontadas com outras mais radicais que aparecem nos movimentos sediciosos que antecedem à Independência, o movimento de 1789, o movimento baiano de 1798, a insurreição de 1817. Talvez nestas manifestações que se frustraram tenha sido mais nítida a propositura da secessão, da rup-

tura total entre os dois reinos. Não é impossível que justamente esse radicalismo de alguns elementos rebelados, assustando o adormecido lealismo, tenha tido um papel no insucesso dessas tentativas de separação.

As dependências da Independência.

Existe na historiografia nacional uma propensão a ver no processo da independência um desencadeamento espontâneo, endógeno apenas estimulado pela revolução liberal portuguesa, dentro portanto do quadro do Reino. Há porém uma linhagem de empréstimos ideológicos que suscita problemas: o maior ou menor comprometimento do processo da independência brasileira com o movimento *liberal* ou *democrático*, e no tempo estas duas palavras não tinham o mesmo sentido, nem a mesma frequência ou liberdade de circulação.

Reclamamos o enquadramento do processo da independência do Brasil no quadro de uma revolução global procedente do século XVIII, ou talvez antes, a que se tem ultimamente, graças aos estudos de Palmer e Godechot, designado por Revolução Atlântica ou *Revolução Ocidental*. Paralelo ao processo de democratização das instituições políticas, não foi um processo isolado no panorama histórico mundial, mas apenas uma amostragem a mais, um episódio sul-americano, de algo de profundo e decisivo que estava acontecendo desde a segunda metade do século XVIII em vários pontos do mundo ocidental. Uma vaga, por assim dizer, solidária, uma variante em território não-europeu de uma comoção mais geral que transcendia às fronteiras nacionais. Mais uma revolução para o feixe de revoluções que compõem a revolução liberal burguesa.

A intercomunicação entre as partes do mundo ocidental, a circulação das idéias e fórmulas provocando a concientização de problemas e os reclamos de novas soluções explicam o “contágio” onde havia receptividade, generalizando-se o processo para configurar-se uma revolução global. Onde a inexperiência política alimentava uma natural pobreza criativa para a invenção das fórmulas, como tendia a ocorrer em zonas coloniais, ou socialmente retardatárias, uma espécie de mimetismo ideológico e institucional traduzia-se em cópias, decalques ou filiações nas reivindicações como nas soluções concretas. A adoção de emergência da Constituição espanhola é um sintoma disso no movimento de 1820, na área portuguesa.

Todavia, a par de importações ideológicas que asseguram uma recomposição do mundo ocidental, uma espécie de homogenização do complexo — de resto, com não pequenas discrepâncias regionais mer-

cê de resistências em profundidade — ocorrem adaptações, seleções, rejeições, que configuram originalidades nacionais. Assim, por exemplo, no Brasil, como alhures, o liberalismo triunfante não consegue dismantelar as estruturas esclagavistas. Importações, resistências, originalidades.

No Brasil olhava-se para a França, para a Inglaterra, para os Estados Unidos, e eventualmente para a Espanha por influência portuguesa. Da França, as idéias, da Inglaterra, as práticas institucionais, dos Estados Unidos, o exemplo de viabilidade. Em 1823, no Diário do Governo, jornal officioso, inseria-se uma carta recomendando-se a Constituinte normas da Constituição inglesa a serem aproveitadas, mantendo-se atribuições do Trono e a nobreza. Entretanto, as similitudes do Brasil daquele tempo eram com a Europa Central, civilização agrária, pequena urbanização, e uma economia dependente que retinha a maioria da população presa à terra. A escravidão o aproximava do quadro da Europa continental onde a servidão do solo sobrevivia. Os fazendeiros, os senhores de latifúndios lembram os magnatas poloneses, húngaros e russos, inclusive, quando mais cultos, em sua preferência pelas leituras francesas, modas francesas e viagens a Paris. O Brasil, como o sul dos Estados Unidos, parecia-se com a Polônia: vivia de suas colheitas, tinha um visível desprezo por atividades mercantis e desconfiava de toda a tendência à centralização do poder que era mais aparente que real. Pertencia de fato à civilização européia ocidental, mas sem contar com algumas instituições essenciais dela: o sistema senhorial definido e amparado em lei, a igreja hierarquizada de fato, a nobreza a titulada, os exércitos de carreira próprios. As soluções da Europa Atlântica ajustavam-se mal a essa realidade diferente. Pensamos que comparações precisam ser feitas com a Europa não-industrial, e talvez percebamos melhor os destinos do liberalismo e da independência no Brasil, num mundo que persistia essencialmente agrário.

Podemos ainda nos perguntar, como fazem outros ao confrontar a revolução norte-americana e a revolução francesa, se não houve no que respeita ao Brasil uma comunicação, não apenas de formulário político-institucional, mas também de métodos, de procedimentos, de técnicas revolucionárias. Alguns dos procedimentos inaugurados pelos americanos do norte ou pelos franceses são adotados no Brasil: a multiplicação das declarações, manifestos e panfletos, o pasquim político, a atividade dos clubes, os juramentos às leis, a circulação de agentes para o proselitismo e para informações, a formação de comités ou juntas de governo, a exaltação das constituições, o humor legiferante, os motins de rua. Eram cópias desmaiadas, em ou-

tras dimensões, e não reproduções impressivas de práticas historicamente prestigiosas como os comitês de vigilância ou de correspondência, o Comitê de Salvação Pública, os clubes dos Jacobinos, dos Cordeliers, ou dos Feuillants, os representantes em missão, o juramento do Champs de Mars, pois a intensidade dramática era outra, outras as circunstâncias, outro o gênio dos homens. Estudo a se fazer: o das técnicas de ação política. Não houve apenas importação de pensamento revolucionário, mas também de comportamentos revolucionários.

A par dessas imitações, colhidas pelos imperativos do meio, surgiam as variantes peculiares de ibericísmos e brasileirismos, as originalidades, como os pronunciamentos indutores dos quartéis, as eferescências dos particularismos provinciais, os conciliábulos de sacristias, a participação de clientelas familiares, o capanguismo dos caçadeiras, o expatriamento dos adversários.

Nos limites de suas possibilidades, a revolução da Independência — chamamos de revolução, por enquanto — participa de caracteres internacionais da grande revolução burguesa ocidental. Resta perguntar até que ponto esses caracteres são realmente comuns ou apenas aparentemente comuns. Até que grau de autenticidade tomamos de empréstimo atitudes, técnicas, comportamentos revolucionários dentro do contexto da Revolução Atlântica ou Ocidental? Até que ponto o próprio corpo da ideologia liberal-burguesa sofreu refrações adaptativas do meio brasileiro ainda de fato colonial?

Neste particular estamos à espera do estudo que se há de fazer sobre o impacto da penetração conimbriense no pensamento político-social da Independência. Em grande parte daqueles homens provinham, em todo o país, dos estudos de Coimbra, infestados da filosofia da Ilustração. Assim os Andradas, os Ferreira França da Bahia, Vergueiro, Clemente Pereira, Severiano Maciel, Pereira da Cunha, Nogueira da Gama, Cipriano Barata, Mariano da Fonseca, Estevam de Rezende, Cairu, Lino Coutinho, Araujo Lima, Lopes Gama, Costa Carvalho, Borges de Barros, Gervásio Pires Ferreira, Felipe Patroni, do Pará, enfim, uma enorme galeria de bacharéis. Estes homens aparecem, na Corte ou na Província em todos os momentos, em todos os postos de responsabilidade. A Comissão que elaborou a Constituição que D. Pedro outorgou em 1824 era, na sua quase totalidade composta de nomes saídos de Coimbra. Dir-se-ia que na Independência também ocorreu uma “revolução dos juristas” como na primeira fase da Revolução Francesa.

Coimbra no final do século XVIII e primeiros anos do XIX terá tido uma ação de alentadora de um pensamento liberal revolucionário. Ou, ao contrário, uma função moderadora capaz de induzir a frustração do que poderia ter sido uma transformação profunda das instituições existentes no Brasil? Em todo o momento e em toda a parte, desembargadores, ouvidores, juizes, advogados, e a seu lado médicos e matemáticos, compondo com o clero, a *inteligentzia* brasileira, manipularam o processo que culminou com a separação política. Secessionistas, até que ponto, se se haviam aporuguesado junto ao Mondego? Liberais, com que intensidade, se tantos entre eles se transformaram em titulares do primeiro e do segundo reinado?

A par dos bacharéis, há de cogitar-se do pensamento eclesiástico e do comportamento do clero, dada a sua natural penetração em todos os meios sociais mercê de idéias semeadas do púlpito ou no aconselhamento familiar. Clero ilustrado? Januário Barbosa, Frei Sampaio, o Pe. Antonio João de Sousa, Feijó, Muniz Tavares, uns na Corte outros no plano provincial, foram atuantes; vemo-los participantes de Juntas, de assembléias, de motins de rua. Esta presença nos leva a considerar não apenas os comportamentos dos sucessos, representantes de uma ordem ou de um braço do Reino, mas sua maior ou menor identificação com as idéias novas, sendo que alguns de seus elementos podem ter recebido também o influxo de Coimbra.

Problema que por certo merece reequacionamento, numa perspectiva dinâmica dos complexos ideológicos do tempo, é o das diferenças entre o pensamento originário que inspira o movimento e o pensamento de fato realizado pela Independência projetado na legislação e nas instituições políticas nascentes. Há uma visível discrepância entre as idéias iniciais, patentes nos movimentos de dimensões provinciais da segunda metade do século XVIII e aquelas que defendiam os homens de 22 numa ostensiva fidelidade ao Trono, ao Rei, ao Príncipe, agora constitucionais, e para além, as idéias em vias de radicalização que no fim de poucos anos pressionariam a abdicação e as efervescências do período regencial, para afinal desaguiarem num processo de reativação de um conservadorismo recessivo que acabaria por alcalinizar os pendores revolucionários mais vivos com a consequente frustração da solução republicana ou democrática, uma das fórmulas viáveis para a superação da crise institucional.

Quando pensamos nas conjuras e sedições provinciais que antecederam à Independência, tentativas cujo caráter era marcadamente republicano, em confronto com a solução de 1822 tipicamente monárquica, temos de perguntar que é que aconteceu com o pensamento revolucionário do Brasil.

Talvez esta reversão esteja ligada ao sentimento do *lealismo monárquico* subjacente, geralmente esquecido, mas de fundas raízes. É significativo quando se focaliza, não simplesmente certas opções de minorias letradas, mas o pensamento e as atitudes do homem comum. Uma espécie de fixação de índole mais afetiva que racional, quase atávica no subconsciente ibérico. Este apego era alimentado pela participação nas alegrias e tristezas da família real, mediante festividades ou cerimônias religiosas, promovidas pelas câmaras e pela igreja para comemorar os fastos da dinastia — casamentos, nascimentos, aniversários, lutos, como se todos fossem parentes do Rei paternal. Algo de espontâneo, popular, que nada tem a ver com o aulicismo da clientela palaciana. A presença da Família Real pode ter reavivado esse sentido de fidelidade que o distanciamento porventura houvesse atenuado. Estaria agora aquele povo, crescido à sombra do Trono, predisposto, na sua imaturidade política, a renegar a realeza? Em meio a tantos manifestos fogosos, atrevidos às vezes em tempos de agitações mal reprimidas, a figura de D. João VI, sendo tão vulnerável, é poupada nas investidas contra o regime, atribuídas as culpas aos conselheiros e ministros. Logo depois a figura do Príncipe era cortejada, disputada quase que sem contrastes, apesar dos ciúmes provincianos em relação ao governo regencial do Rio de Janeiro. O sistema, os ministros, as Cortes eram responsáveis pelos desacertos. Raramente os Bragança que logicamente deviam encarnar o absolutismo e a dominação metropolitana foram postos em causa

Podemos suspeitar que, na sensibilidade popular, naquela embrionária opinião pública que, meio atônita, lerdamente embarcava no cortejo da rebelião, este enraizadíssimo lealismo, nunca de todo desaparecido nas camadas populares, tenha desempenhado um papel ainda não determinado. Talvez Atas de Câmaras e correspondências, bem analisadas revelem alguns contornos desse lealismo impenitente.

Problemas como estes terão de ser resolvidos mediante uma análise crítica do pensamento da Independência, através do exame de uma documentação heterogênea — manifestos, correspondências, legislação, panfletos, memórias e memoriais, instruções, artigos de imprensa, atas de Câmaras e de sociedades secretas, panfletos. Nenhuma obra doutrinária básica existe para servir de referência segura. Aliás, é estranho que, na época se haja feito uma insurreição liberal-nacional sem que em nenhum momento se tenha sentido a necessidade de uma declaração de princípios. O texto que parece mais de perto aproximar-se de uma declaração dessa natureza são as Instruções da Junta paulista aos seus deputados em Lisboa. Em nenhum instante o pensamento político aparece definido ou codificado para di-

zer-se clara e positivamente que é que se pretendia. Alguns pronunciamentos parlamentares nas Cortes são de tal forma concessivos que, no clima de coações em que foram preparados, não consubstanciam o real pensamento dos brasileiros. Na verdade, esse pensamento se apresenta difuso; disperso; é um desafio recompô-lo hoje, em suas variantes e em suas flutuações.

A simbiose entre o pensamento nacional e o pensamento liberal que configura a “revolução” da Independência acaba por se resolver em um compromisso — o constitucionalismo monárquico. Palavras como “constituição”, “constitucional”, “bases da Constituição” — estas juradas e rejuradas —, parecem palavras mágicas. Todos queriam ser constitucionais — do Príncipe ao soldado, dos Ministros aos eleitores de paróquia.

Duas revoluções em uma.

A consideração dos acontecimentos de forma global induz o espírito a ver em 1822 um único processo — o da independência política. A análise dos objetivos e dos resultados, tanto na perspectiva das idéias quanto na dos fatos permite a distinção de dois planos de desenvolvimento de um processo apenas aparentemente uno. Geralmente toda a ênfase foi atribuída ao fato *independência* porque a palavra e o evento mais dramático parecem exercer um fascínio especial cujo fulgor tão decantado ofusca a visão do quadro em sua totalidade.

Naquele momento, porém, havia duas fontes diversas de inspiração, dois movimentos paralelos que às vezes se combinavam, às vezes se entrecruzavam, e não raro se defrontavam. Podem-se distinguir de um lado, o movimento *liberal* desencadeado pela Revolução de 1820, de origem metropolitana, visando a transformação das instituições político-sociais, comum ao Brasil e Portugal, dentro do quadro da revolução atlântica, burguesa, sob influxos hispano-franceses; de outro lado, o movimento *nacional*, precipitado pelo “Fico”, de elaboração local, oposto aos revolucionários de Lisboa, a fim das insurreições americanas, visando à redefinição das relações entre os dois reinos ensejada pelo primeiro. Este culmina com a fragmentação do primeiro bloco político em dois estados soberanos, aquele com a outorga da Constituição de 1824.

Dada a procedência mental comum — a adesão dos espíritos dirigentes à Ilustração —, um fato ligou-se ao outro como aparente decorrência: da independência adveio a Constituição. Na verdade, o que chamamos Independência visualizando preferentemente a secessão político-administrativa, recobre um duplo movimento que resul-

lou convergente, razão para que se confundissem os dois planos que afinal se complementaram. Uma simbiose entre duas ideologias que não estavam necessariamente associadas: a independência poderia se fazer com o absolutismo — ou com o caudilhismo, e a liberalização das instituições poderia ter sido realizada sem secessão, como aliás pretendiam as Cortes, e os sucessos de 1821 parecem demonstrar. Independência e liberdade — rubrica de liberdades individuais — eram, de início, ideais distintos.

Postos por circunstâncias históricas no mesmo cadinho, acabaram por se amalgamarem, compenetrando-se na crença de que a independência política, vista como condição para a conquista das liberdades jurídico-sociais, era a mesma coisa que a própria liberdade, bandeira das revoluções contemporâneas. Está claro que o pensamento se deteve não nas liberdades individuais da Declaração dos Direitos do Homem, mas na liberação política do Estado, vista como recusa de um domínio metropolitano. Muito se falava em grilhões a serem rompidos, imagem a cada passo repetida. Mas eram os que jungiam o Brasil a Portugal, e não propriamente os que encadeavam homens na dependência de outros homens nos moldes do antigo regime. Não existindo dependência senhoriais forçosas, se não se queria tocar na escravidão, a liberdade podia comodamente se identificar com a separação político-institucional. Dessa forma, a revolução liberal foi reduzida a um significado ancilar.

As Cortes de Lisboa, dentro de sua ideologia liberal, clamando por liberdades individuais do receituário do liberalismo europeu, não podiam compreender a associação de um programa de liberação político-administrativa da antiga colônia. E não compreenderam, sobretudo porque pragmaticamente não lhes convinha compreender. Aqui o liberalismo puro e simples marcava os compassos, e o nascente nacionalismo americano era inimigo a ser contido, conquanto um nacionalismo luso, cá e lá exacerbado, pudesse por sua vez estar subjacente em suas intolerâncias em relação ao Brasil.

Vista em conjunto a “Independência” foi um movimento nacional-liberal, produto do casamento de duas ideologias: o liberalismo e o nacionalismo. Duas linhagens de pensamento político que naquele momento histórico se interpenetraram, aliás não pela primeira vez. Essa duplicidade tornou não pouco confuso o processo, e dela decorrem contradições e flutuações políticas de certas figuras e de certas correntes envolvidas nos acontecimentos.

Quando encontramos portugueses de suficiente expressão cultural ou política — Clemente Pereira, Vergueiro, Oliveira Alvares, Cae-

tano Pinto, inclusive titulares como o Conde da Palma ou ainda o próprio Chalaça — comprometidos em um levante de caráter antilusitano, sentimos uma certa perplexidade. Parece estranho, mas é de se perguntar como e por que foram arrastados pela torrente. Por um ou por outro caminho comprometeram-se com a vaga liberal vencedora em Lisboa, e não se deram conta, a tempo de um recuo, que uma vaga nacional estava encobrendo a primeira. Foram colhidos pelo torvelinho insurrecional acompanhando um membro da dinastia. As tropas portuguesas, de Avilez ou de Madeira, apesar de sua predisposição aos pronunciamentos, ousaram desafiar o Príncipe, e permanecendo fiéis às Cortes, não foram envolvidas para além do liberalismo. Também muitos brasileiros sofreram, ao revés, condicionamento das circunstâncias, como por exemplo, diversos deputados, os maranhenses por exemplo, que, ciosos de seu liberalismo, aceitaram sempre decisões portuguesas, ainda que prejudiciais ao Brasil.

Há pois dois movimentos concomitantes: o liberal e o nacional. Uma coisa era o movimento liberal que vinha a ser em última análise, a adesão do Brasil à revolução portuguesa de 1820, que era, por sua vez, uma espécie de acomodação no sentido do completamento do quadro da liberalização do mundo ocidental, com a inclusão da Península Ibérica. A separação do Brasil constituía outro processo, ainda que contagiada desde suas primeiras manifestações pelos influxos das idéias da Ilustração.

Coincidindo no momento, os dois processos se fundiram, não sem atritos, e se embolaram em um desenvolvimento único. Ao mesmo tempo em que o Brasil se desunia de Portugal, optava por instituições de caracteres liberais. Pode-se dizer que houve duas revoluções, não sucessivas, mas cumulativas: uma revolução comum, convergente, e uma revolução isolante, divergente.

Na sua origem a *revolução liberal*, comandada por portugueses, pretendendo a regeneração de Portugal, era conimbricense legalista, constitucionalista, de modelo francês ou espanhol, e de humores anti-britânicos e se dirigia, no plano interno contra a monarquia absoluta, e no externo, contra a Santa Aliança. Já a *revolução nacional*, de iniciativa brasileira, modelo americano-europeu, pretendia a equiparação dos dois reinos, ou a separação, e se dirigia no plano interno, não contra o Trono, mas contra as Cortes, e no plano externo, contava com a inépcia da Santa Aliança e com a complacência inglesa. Seu nacionalismo transigente permitia a captura dos portugueses abrasileirados com a idéia inicial de independência para prevenir a secessão. Esse comportamento que permitiu o aliciamento do Regente, e com isso baixar a guarda à vigilância do legitismo de Viena, no que res-

peita a eleição do inimigo, discrepa do comportamento norte-americano: enquanto os rebeldes das Treze Colônias, como se vê na Declaração da Independência, ignoraram o Parlamento, e se insurgiram contra o Rei a quem atribuíam todas as culpas, no Brasil, os manifestos de agosto atacavam as Cortes, fonte dos males que ameaçavam o país, e defendiam o Rei prisioneiro delas. Estavam endereçados à Santa Aliança e ao velho lealismo popular, e eram assinados por um Príncipe de sangue. Intuição diplomática, maior que a das Cortes que ao mesmo tempo alienavam as simpatias de Londres e de Viena, e desamparadas na esfera internacional, abriram caminho à reação do miguelismo absolutista, frustrando-se a revolução.

Teria o mundo político brasileiro aquele grau de maturidade suficiente para a absorção do pensamento liberal e de suas implicações? Um passado político relativamente recente nos permite admitir que o sentimento nacional, conquanto tinsado de particularismos provinciais, já era bastante consciente para se contrapor às tentativas de re-colonização. Não foram em geral medidas anti-liberais das Cortes que provocaram as reações brasileiras: foram antes medidas anti-nacionais.

A posição ideológica dos autores da Independência resultava de certa forma paradoxal. Liberais eles próprios, lutavam contra as Cortes de Lisboa que presidiam o advento do liberalismo; contrários ao absolutismo poupavam o Rei e o Príncipe que encarnavam o Antigo Regime político. Aspirando a independência, desde muito tempo, definiam-na de forma a conservarem sua fidelidade à união e à integridade do Reino Unido. De outro lado, embora liberais, detinham-se a meio do caminho, e se opunham aos democratas, taxando-os de anarquistas e desorganizadores. Partidários de uma independência opunham-se aos separatistas *enragés*, atirando-os para a companhia suspeita dos republicanos. Demasiado europeus e coimbrões para assimilarem o receituário norte-americano; demasiado americanos para se conformarem à política re-europeizante das Cortes de Lisboa.

Incoerentes? De forma alguma. Eram homens de uma certa conjuntura histórica, sem grande lastro doutrinário, capazes de amornar os radicalismos, de conciliar o liberalismo indomado pela Santa Aliança e a monarquia temperada de constitucionalismo, a independência jurídico-administrativa e a unidade do Império. Ao mesmo tempo, súditos e cidadãos brasileiros e portugueses. O mazombismo e o lealismo não se evaporavam ao calor dos conflitos gerados pelo atrito das idéias novas. Proclamavam tão reiteradas vezes sua condição de brasilienses e livres, que sem o saber confessavam o esforço que

faziam para se convencerem disso, a começar por D. Pedro em quem a crise interior era particularmente aguda.

O panorama político do País nos dias tempestuosos da Independência carece porém de levantamento preciso. Não havia homogeneidade: apesar da imaturidade política que fazia temer-se pela viabilidade de uma Constituinte à altura, havia tendências diversas de opinião, disparidades que o triunfo de uma solução de compromisso tende a mascarar. Pouco mais tarde, José Bonifácio distinguia os separatistas dos não separatistas, apelidados estes, os “pés de chumbo”. Os separatistas cindiam-se em “corcundas”, infensos às soluções liberais em republicanos, por ele denominados “prognósticos”, partido sem força e acuado, em monarquistas constitucionais, favoráveis ao que chama “liberdade bem entendida”, contrários tanto à “democracia” (no sentido da época), quanto ao despotismo, e ainda os federalistas que não desejavam nem o constitucionalismo, nem o “corcundismo”, nem o republicanism, mas a fragmentação do todo em pequenos estados sob um poder central nominal. Em Pernambuco, por exemplo, um acentuado autonomismo refratário aos despotismos, levava à desconfiança em face do constitucionalismo de D. Pedro, oscilando, numa persistente indefinição, entre o liberalismo das Cortes e o republicanism de seus heróis de 1817. Desconfiança mútua ao tempo da Junta presidida por Gervásio Pires Ferreira que alternava sua obediência entre as ordens das Cortes e as de D. Pedro. Os mineiros chegaram a desconfiar de que o Príncipe queria assenhorear-se do Brasil para tolher-lhes os benefícios do regime constitucional, atendo-se a uma posição de expectativa, senão de hostilidade. De outro lado, a definição partidária dos indivíduos flutuava na opinião, aos influxos das lutas e intrigas num clima de ascensões políticas, o que fazia dizer o Imperador que qualquer um que mostrasse talento era logo acusado de ser “cabeça esquentada”, jacobino. Uma palavra era logo invocada para designar os grupos de opiniões desencontradas: facção. De outro lado aqueles que demonstravam maior apego ao Príncipe e agressividade em relação às Cortes expunham-se a serem capitulados como anti-liberais ou “corcundas”: essa suspeição alcançou por exemplo em províncias do norte como entre deputados brasileiros das Cortes a representação de São Paulo em favor da permanência de D. Pedro, tanto mais que seu primeiro signatário Oyenhausen era um aristocrata. Monarquista. Emancipacionismo e liberalismo às vezes pareciam contraporem-se.

O Príncipe, em seus anseios de ser a um tempo temido e popular vacilava entre as tradições dinásticas absolutista e a imagem romântica do herói bem amado pelo povo. Dele se queixava José Bo-

nifácio ao diplomata Mareschal de que oscilava entre o partido português e os demagogos. A Maçonaria de vocação republicana procurava capturar o Regente para a causa do liberalismo. José Bonifácio carregando mais de meio século de fidelidade ao Trono optava por um constitucionalismo discreto: conquistas liberais e respeito às prerrogativas régias, o que o expunha aos ataques dos liberais radicais como Ledo e Soares Lisboa, dos republicanos inconfessados, dos corcundas impenitentes, e ainda dos “ultra” ou áulicos enciumados de seu ascendente sobre D. Pedro. “Um governo forte e constitucional” seria a fórmula. Seu nacionalismo tardio, que transparece no provocativo nome do jornal dos Andradas — “O Tamoio” — alienou-lhe as simpatias dos portugueses aos quais passara a combater. Reminiscências do Terror e do napoleonismo que enfrentara inspiravam-lhe aversão à demagogia, à democracia tanto quanto às formas de despotismo e de aristocratismo. Nem corcunda, nem descamisado. Nem realista, nem “democrata”. Suas idéias políticas, certo ligadas à Ilustração e à conjuntura da época de Metternich, merecem uma investigação sistemática: elas pesaram nos acontecimentos num mundo sem tradições políticas próprias. O embaçamento ideológico da Constituição de 24 — seja ela de Martim Francisco ou de Carneiro de Campos —, bem como do projeto de Antonio Carlos na Constituinte, ainda espera estudos mais aprofundados de historiadores, para além da análise dos constitucionalistas.

Esse quadro político se obscurece ainda se considerarmos, de um lado a instabilidade das definições pessoais sujeitas ao embate das circunstâncias, e de outro, as qualificações que os adversários impunham a cada um ou a cada grupo no decorrer das lutas para melhor vulnerar os inimigos. Os Andradas que eram lusófilos quando ministros de Príncipe português, anti-portugueses quando devolvidos à oposição na Constituinte, quando também passam a intentar restringir as prerrogativas régias que tanto haviam defendido antes.

Para José Bonifácio, Ledo e seus partidários seriam, desde quando se opuseram ao governo que presidia, uma facção de furiosos demagogos e anarquistas, “informal partido”, empenhado em solapar o constitucionalismo, pondo em risco a monarquia e a unidade das províncias. Repelindo a inculpação de republicano, avesso ao sistema constitucional, Ledo revidava acusando os Andradas de despóticos, arbitrários, contrários à unidade, inimigos dos princípios da justa liberdade, e de negligentes quanto à Constituição. Se fossem verdadeiras as increpações, os Andradas seriam corcundas, e Ledo, Clemente Pereira e os de seu grupo seriam republicanos. Montezuma, recém-formado em Coimbra era ao voltar à Bahia acusado de “democrata”,

sendo adepto dos Andradas. O próprio Feijó, monarquista constitucional como se declarou, queixava-se de ser indigitado pelo Ministério como sedicioso, “democrata” e carbonário, sendo como tal vigiado em Itu. Anos mais tarde, agora ministro, daria troco aos Andradas.

Verdade é que em meio às contradições o liberalismo de então se identificara com o constitucionalismo, fonte de todo o bem e defesa contra todo o despotismo. Constitucionalismo monárquico, entenda-se. Escrevia D. Pedro que ele próprio e os brasileiros eram constitucionais, mas constitucionais que honravam o soberano por dever de súditos. E acrescia uma disposição de nacionalismo: os brasileiros desobedeciam às Cortes porque só de sua própria assembléia aceitavam uma constituição que os fizesse felizes para sempre.

Repelir a recolonização arquitetada por cortes inegavelmente liberais, era difícil, mas imperativo no quadro do nacionalismo nascente. O argumento era por em dúvida a autenticidade delas, acusando-as como fez o Manifesto às Nações de influências nocivas que procuravam sublevar o Brasil para melhor garrotear o sistema constitucional ou forçar a união com a Espanha. Percebendo a contradição implícita é que D. Pedro esclarecia em carta que o Brasil era contra aquelas Cortes facciosas mas não estava contra o *sistema* de cortes deliberativas.

As vezes liberdade e independência não eram a mesma coisa, mas objetivos conjuntos. Outras vezes, falava-se em romper os grilhões, o jugo da dominação portuguesa, e isso era liberdade, era a independência. Quando se dispunham a cortar as cabeças à hidra do despotismo e da anarquia — expressão do tempo — buscava-se a linha mediana pela condenação do absolutismo e do republicanismo. Mais que a reação do antigo regime, temiam-se os extremismos “de homens deslumbrados com idéias anárquicas e republicanas”, como se diz naquele pronunciamento.

O caráter liberal, embora de meios tons, do movimento de 82, com as promessas do constitucionalismo fez com que homens outrora republicanos ascedessem em colaborar com a nova ordem de coisas. O rico patriota Antonio Gonçalves da Cruz, o formoso Cabregá, egresso da sedição de 1817, aquiesceu em servir de agente consular nos Estados Unidos onde vivia exilado, vendo o novo regime disposto à acudir ao que chamava a causa comum, a causa do povo.

Idéia presente nos espíritos era a da *inevitabilidade* da independência. Estava em moda invocarem-se os imperativos da natureza, aos quais se podia associar a idéia dos direitos naturais dos indivíduos. Nesta linha, dizia-se e redizia-se que alcançada a virilidade os

filhos se desprendem dos pais e que para o Brasil era chegado o momento. Talvez a essa proposição — metáfora transfigurada em argumento — se flue o uso da palavra *emancipação* que passou a circular como sinônimo de independência. Essa idéia deve ter pesado no comportamento das Cortes: quando já era tarde; em manifesto, diziam elas não negar aos brasileiros o *direito natural* à independência, lembrando porém que haviam jurado as Bases da Constituição, aceitando livremente a união com Portugal.

Ligar-se-ia por certo esta convicção que se traduz na expressão importada, cem vezes repetida — “direitos inalienáveis” — à própria idéia de *soberania popular* naquele “rousseauismo difuso” a que se refere Soboul, a propósito da Revolução Francesa. Soberania temperada pelas prerrogativas do monarca. No decreto de 3 de junho dizia-se que para a ereção da independência, a assembléa que se convocava estava “investida daquela porção de soberania que essencialmente reside no povo”. Porção de soberania, não era toda ela.

Mesclavam-se assim a idéia da fatalidade da emancipação nacional e a idéia das reivindicações do liberalismo em expansão.

No fundo acenava-se com a utopia de linhas cansadas de um governo perfeito, com a felicidade perene dos povos. Independência mais constituição, e todos os males iriam desaparecer. O Manifesto ao Reino é um compêndio de promessas. Pretendia-se salvar o Rei, o Rei cidadão, contra a nova classe de tiranos, os demagogos, o bando de fasciosos de Lisboa, marcando-se com verdadeiro liberalismo os limites dos poderes políticos, não para romper os laços de união, mas para instituir uma fraternidade com Portugal. Fraternidade institucional.

Afinal, repetimos, o levante da Independência, em meio às imprecisas opções ideológicas, parece resolver-se em um compromisso institucional — o constitucionalismo monárquico. Era a solução viável na conjuntura internacional, capaz de contentar a um tempo à Santa Aliança e à velha Inglaterra que resistia às intervenções, mas era sensível à política legitimista de Viena. A monarquia no Brasil poderia polarizar o surgimento de outras: era o que insinuava D. Leopoldina a D. João VI. Entretanto o constitucionalismo acomodava-se mal com a doutrina da soberania popular que mesmo a Inglaterra de Canning resistia a apadrinhar. Por ocasião da mediação de Charles Stuart em 1825, a expressão “por unânime aclamação dos povos” de que não queria prescindir D. Pedro quase que punha tudo a perder. A aclamação do imperador, dada a circulação que teria o tratado com Portugal nas cortes européas convalescentes da doutrina da origem

popular do poder colidia com o princípio da legitimidade consagrado por Meternich em 1815.

Discretamente porém o princípio fora aceito pelo Governo, ao admitir, a medo, ante uma eventual desaprovação do país, a outorga da independência por D. João mediante carta-régia, ou carta de lei, chamada eufemisticamente Diploma; a ser mantido reservado. Império eletivo, soberania do povo arrepiavam o aristocrático mediador. Depois de relutar, D. Pedro teve de ceder, e a imperatriz, Habsburgo consequente, podia lembrar ao sogro que com esse ato de reconhecimento extinguir-se-ia o perigo do “sistema democrático” que prevalecia no hemisfério. Já no ano anterior D. Pedro outorgava a Constituição deslembreado dos direitos naturais dos povos detentores de toda a soberania.

O constitucionalismo era para muitos uma frustração e sobressaltos ulteriores tentaram em vão superá-lo. Era a ideologia das Cortes revolucionárias que haviam passado a ser o inimigo desde o instante em que enveredaram para a recolonização. Em lugar do absolutismo que parecia batido e resignado a independência se propunha contra os correligionários liberais. Parece claro que, se o liberalismo nos irmanavam a elas, o nacionalismo emergente desafiado por elas provocou a ruptura. Desarmado, quase desmoralizado, o Trono pouco pensou na reação, e quando recuperado pelo miguelismo em Vila Franca nada mais podia fazer, a menos que a Santa Aliança oferecesse meios para testar a doutrina de Monroe o qual reconheceu a independência que entendia existir desde que o Brasil fora elevado a reino pelo próprio rei de Portugal. Para a Santa Aliança, um império na América era mal menor que outra república.

Estas observações nos levam a outra indagação de certa atualidade e à espera de melhor análise, decorrente do estudo das ideologias presentes no processo da independência: foi a independência de fato uma revolução?

Independência: uma revolução?

A palavra *revolução* goza na atualidade de um prestígio inédito em outros tempos. Ser revolução parece aumentar a importância dos complexos de acontecimentos históricos. Não cabe aqui dissertar sobre o conceito de revolução para um confronto com os sucesos de 1822 e suas sequências. Digamos que há revolução toda vez que ocorre uma aceleração de mudanças mais ou menos profundas, e capazes de afetar ou substituir as estruturas de vária natureza — políticas, econômicas, culturais, sociais, e assim por diante. Há reforma

quando as mudanças, em geral menos profundas se processam em ritmo mais ou menos lento.

Foi a independência uma reforma da estrutura política ou uma verdadeira revolução? Um simples processo de secessão político-administrativa, um recondicionamento de estruturas ou teve realmente um significado revolucionário para o Brasil? Não é uma questão acadêmica, de mera etiquetagem, para enobrecer, ou não, o fato em seu conjunto: a resposta permite sintonizar o que aconteceu no Reino colonial com o que estava acontecendo no mundo. Não pretendemos, nem por sombras, encontrar essa resposta de alcance válido, mas apenas suscitar a consideração do problema com vistas a estudos ulteriores que permitam oferecer respostas.

Para uma definição impõe-se a consideração, acima das faíscas dos fatos, da problemática do processo, dos mecanismos, das etapas de desenvolvimento. A rápida sucessão dos acontecimentos, entre 1821 e 1825, culminando com episódios decisivos de 1822, por certo dificulta a apreciação global das ondulações do movimento quase sempre apresentado analiticamente mediante o encadeamento dos fatos, e sem sondagens em profundidade devido à falta de focalização do país como um todo e de visão dos eventos políticos no quadro de uma realidade institucional e econômico-social preexistente.

Se pensarmos em termos de processo, de mecanismos, há sem dúvida uma alternância de desafios e respostas entre as Cortes e o governo regencial, apoiados cada qual na sua opinião popular urbana: as Cortes faziam, os brasileiros replicavam, os brasileiros faziam, replicavam as Cortes. Por que esse conflito quando havia uma plataforma ideológica comum — o liberalismo — em ambos os lados do Atlântico? A resposta não pode ser procurada só de um lado: as motivações metropolitanas têm que ser contadas. Não se intentava recolonizar apenas por recolonizar. Esse conflito com as Cortes e não com a monarquia absoluta que seria o inimigo comum, talvez superável no plano dos governos, adquiriu com a rapidez de uma inundação, dimensões continentais e uma ressonância intensa em um mundo que parecia estagnado, semi-adormecido na tepidez dos trópicos. Há um surpreendente processo de difusão num meio aparentemente impermeabilizado às comoções que vinham abalando as estruturas do Ocidente atlântico, meio continental no qual eram precaríssimas as comunicações e os recursos de propaganda insignificantes. A rebelião, endossada pelos próprios agentes do governo régio, inclusive insuspeitados capitães-generais, o que, de resto, animava os timoratos depois de séculos de obediência, não ficou na periferia do oceano, mas ganhou as cidades do sertão iletrado. Há que pensar-se em predisposições,

em maturação de populações urbanas para decisões de caráter político.

Alguma coisa mudava no Brasil, principalmente no sul do país, sob o influxo de uma economia ainda colonial mas reativada com a aragem de 1808: a cultura estimulava-se com a presença da Corte e de elementos egressos de Coimbra em maior número e com maiores oportunidades de projeção social, além de uma filtração mais intensa de idéias européias. Esse complexo de mudanças que reclamam estudos mais consistentes excitava uma receptividade maior às críticas às instituições que não mais correspondiam ao clima novo que se ia estabelecendo. Era preciso reajustá-las às novas condições de vida nas quais crescera a população, progredira a vida urbana a mais e mais e se diferenciavam as relações sociais tradicionais.

A comprovação desse atraso institucional político, belo assunto para investigações precisas, nos permite avaliar que o torneio Cortes-Regência não esgota a História da Independência, desde que não nos contentamos apenas com a crônica dos fatos políticos imediatamente apreensíveis na documentação contemporânea, mas admitimos a suspeita de que há algo de mais profundo que precisa ser desdoberto, ainda que tudo pareça girar basicamente em torno de minorias ativas mais ou menos letradas.

A reconstituição dos mecanismos que podem nos permitir discernir caracteres, revolucionários ou não, exige a disciplinação dos fatos em etapas de desenvolvimento. A independência não foi o 7 de setembro. O movimento cujo desfecho foi a secessão e o estabelecimento simultâneo de instituições políticas de modelo liberal não foi um todo contínuo, e é ilusório supor-se que tudo o que então se fazia convergia forçosamente para um objetivo unânime. Avanços e recuos, hesitações, adesões e deserções, à mercê das circunstâncias gerais e locais e das resistências dos espíritos. Os comportamentos de grupos políticos mal definidos e desnivelados eram reticentes, marcados por indecisões e duplicidades, pelo jogo de afinidades e interesses. Havia correntes remontantes, fórmulas mal conscientizadas, gerações em confronto. Havia disparidades de experiência política havida no âmbito medíocre da vida municipal rotineira ou nas antecâmaras dos capitães-generais. Sequer podemos ter certeza de que a independência fosse uma aspiração nacional, se é que a idéia de nacionalidade distinta precedeu à independência e não foi por ela desencadeada.

Nesse quadro a ser recomposto com base em estudos analíticos, principalmente de âmbito local ou regional, as atuações políticas in-

dividuais, estas bem melhor conhecidas, têm de ser revistas e redimensionadas, sobretudo no que respeita às motivações, as oscilações de suas linhas de comportamento e aos eventuais apoios que encontravam em suas áreas sociais de sustentação.

Quando analisamos sem preocupações hagiográficas, polêmicas ou patrioteiras, a ação política dos homens da Independência, é provável que venham à tona ondulações alarmantes. São salomônicas as colunas da política. Cada homem é de seu tempo, com as harmonias e distonias de seu tempo. José Bonifácio, por exemplo. Estilo brasileiro, mentalidade europeizada desde a adolescência, José Bonifácio, aposentado, saudosos de carne de porco, bananas e farinha de mandioca, buscava um fim de vida bucólico, de poesia e de estudo, nos seus Outeirinhos santistas, quando se viu, quase por acaso, capturado pelo torvelinho dos acontecimentos, integrando-se neles com paixão, com tenacidade. Desembargador, cientista, burocrata, e até poeta neo-clássico, não tinha um passado de vivências políticas. Nada de revolucionário: seu compromisso com a Ilustração era de outra natureza. Em pouco tempo evoluiu de um lealismo ortodoxo, para um constitucionalismo unionista, para um separatismo liberalizante, chegando, em entreato de amargor a roçar o republicanismo que antes condenara com veemência. Seu itinerário ideológico transitou de um lusitanismo complacente comandado por decênios de vida, portuguesa e pela amizade ao jovem D. Pedro, para uma quase lusofobia a que o arrastaram os azares da oposição na Constituinte e a consciência da força política de um nacionalismo agressivo. Sem se contagiar, atravessara *in loco* a Revolução Parisiense, marginal como um homem de ciência, para se transmutar, já encanecido, em um insurgente ativo e mesmo temerário nos momentos críticos. Um revolucionário à procura de uma revolução? Ou um reformista pacato, carregado de “luzes” européias, a arquitetar, em meio à tempestade que ajudara a deflagrar, soluções amenas para problemas sociais crônicos — a escravidão, a civilização dos índios, as sesmarias, viáveis dentro de uma ordem social que não pretendia subverter?

Os homens empenhados no processo, coadjuvando ou resistindo, haviam de ter perplexidades, e talvez temores, na encruzilhada das opções que as circunstâncias então impunham. Não foram eles compêndios de coerências. Em Pedro I as vacilações patentes nas cartas e manifestos, e que a veemência dos tons não logra ocultar, chegam a ser escandalosas. Inexperiência, temperamento, sofreguidão de glória. Em muitos casos individuais, as tergiversações revelam no fundo, precário lastro ideológico, inércias do pensamento político, mimetismos de acomodações, reações de origem emocional.

Escreveu Palmer que não foram os revolucionários que fizeram a revolução de 1789, mas que foi a revolução que fez os revolucionários. Verdade para o Brasil de 1822? Mais tarde, testemunhava o Marquês de Sapucaí, Araujo Viana, que na Independência os fatos haviam encaminhado os homens, e não os homens aos fatos.

Não existia um partido da Independência, nem mesmo uma corrente de opinião positiva nesse sentido, salvo talvez uns poucos remanescentes de movimentos anteriores. Nem sequer no nordeste pernambucano herdeiro de 1817. Tudo parece indicar que não houve uma preparação revolucionária ou insurrecional, em que possa pesar a existência de clubes ou lojas clandestinos. A Independência foi algo de imprevisto, uma surpresa que empolgou os ânimos em certos meios sociais. Para o movimento liberal talvez houvesse predisposições mais conscientes: a impotência do Trono para resistir à vaga em 1821 e a rapidez das adesões às Cortes e da organização das Juntas provinciais são significativos.

Ter-se-ia idéia de que era uma revolução o que então se estava fazendo? Como revolução era definido o movimento de 1820, e os que a ele haviam apenas aderido, não raro obedecendo ordens podiam sentir-se revolucionários, e como tais eram capitulados pelos conselheiros de D. João.

Em relação à Independência porém, uma vez aceita a revolução liberal como fato consumado, inclusive com o juramento das Bases da Constituição, entramos numa atmosfera de obscuridade e de indecisões. Poder-se-ia dizer que a idéia estava no ar como uma ameaça. Seria porém difícil nomear os seus portadores. Diplomatas, viajantes, jornalistas, agentes da Coroa sentiam-na sobrepairando.

A vaga do constitucionalismo encontrava trânsito na conjuntura internacional européia, e a reação que atingira ao auge em 1822 no Congresso de Verona começava, nesta mesma data, a declinar com a ascensão de Canning e com o distanciamento da Inglaterra que procurava compensar seus recuos na Europa com uma expansão econômica no Novo Mundo. As independências afetavam o princípio de legitimidade, mas nelas a ameaça temível era a democracia, o republicanismo. Por ocasião do Congresso de Aix-la-Chapelle, Wellington e Chateaubriand receiavam que todo um mundo republicano jovem e impetuoso se formasse no hemisfério e pusesse em risco as velhas monarquias. Em 1818, admitira-se a secessão de colônias espanholas, desde que sob formas monárquicas, e neste sentido chegou a haver negociações nas Províncias do Prata e na Colômbia. Em Verona porém, quando a Inglaterra sondava as possibilidades de reconheci-

mentos, as respostas das monarquias continentais solidárias com a Espanha, foram contrárias, hostis a governos de fato que se dizia brotados da revolta e da anarquia.

A monarquia constitucional não parecia revolucionária aos estadistas da Reação: era para Metternich, à “fórmula de repouso”, a transação, experimentada sem danos na França, entre o legitimismo e as conquistas do liberalismo. Atendo-se ao constitucionalismo, a revolta de Portugal não desencadeou intervenção da Santa Aliança, pois seguia a linha da revolução contida.

Nas Cortes, aqueles homens, consciente ou subconscientemente incluíam em seu vocabulário político a palavra *regeneração*, e esta palavra traíndo um estado de espírito, sugeria uma revolução de certa forma regressiva restauradora, uma vontade de retorno. “Portugal Regenerado”, intitulou Borges Carneiro a seu livro editado ainda em 1820. A regenerescência que transpõe para o passado o modelo do projeto revolucionário, colidia com as expectativas de uma verdadeira revolução que pretendia ser inovadora. Pode-se suspeitar que essa idéia de regeneração, contrabandeada na ideologia liberal das Cortes, tenha tido um papel na desastrosa política recolonizadora que com sua tônica regressiva transformou o triunfo de sua ideologia liberal no Brasil, em uma derrota irreversível.

Se, apesar dos rompantes parlamentares e legislativos, a revolução liberal em Lisboa, talvez devido a uma certa dieta de participação popular comedia-se com a burguesa prudência, nos meios liberais do Brasil contagiados pelo exemplo americano, aquele regressismo tornado patente no plano das relações entre os dois reinos, havia de soar como pura reação, traição aos ideais revolucionários. A duplicidade ideológica portuguesa, agravada pelos antagonismos que suscitava entre portugueses e brasileiros, tendia a extremar as posições que iam sendo tomadas como réplicas às provocações vindas da Europa. Assim, a insurreição da Independência que, sendo dirigida como foi contra Cortes revolucionárias e liberais e além disso repassada de lealismo dinástico, poderia parecer uma contra-revolução. Configura-se porém relativamente mais autêntica sob o aspecto ideológico que a que se fizera em Portugal, pois o saudosismo era menos presente.

Pensavam os homens de 1822 que faziam uma revolução? Julgavam os que os viam agir que eles eram revolucionários? Atacando as cortes, o manifesto de 1.º de agosto mencionava a revolução que havia sido feita e o direito que tinham os brasileiros de mudar as instituições políticas, fiéis aos mesmos princípios que haviam estabele-

cido os direitos inalienáveis dos povos, por respeito à razão e à Justiça cujas leis derivavam da natureza das coisas. O mesmo direito que usara Portugal de destruir as instituições antigas, e que não podia, sem renunciar a ele negar aos habitantes de um país maior e mais populoso. Entretanto o mesmo texto falava em súditos e na renúncia dos exemplos fascinantes de povos vizinhos, para fugir-se aos “males da anarquia e aos furores da democracia”, evitando-se os escolhos que nos mares das revoluções infelicitavam a França e a Espanha, e mesmo Portugal. Fazia-se uma revolução para mudar as instituições, o que era direito dos povos, mas ao mesmo tempo reprovavam-se as revoluções democráticas ou republicanas que na América eram exemplos fascinantes.

A convocação da Constituinte a 3 de junho pela Regência parece mostrar que não se tratava de uma revolução no sentido de tomada do poder por revolucionários. A iniciativa era do próprio governo, e os governos, a rigor, não fazem revoluções, fazem reformas quando querem mudar as instituições conservando os mesmos quadros. Quando se considera que o manifesto referido dizia que D. Pedro fora feito Defensor Perpétuo para sobrestar os males da desordem e os furores da democracia que explodia em facções que punham em risco a unidade do Brasil, ou quando se vê José Bonifácio, na Circular de 14 de agosto ao Corpo Diplomático, dirigindo-se aos governos legítimos e às nações liberais, dizer que tudo se fizera “para evitar a queda da monarquia”, pode-se pensar em uma espécie de “revolução preventiva” ou em meia-revolução. A imagem daquela que em 1930 recomendava o mineiro Antonio Carlos: antes que o povo a faça. Aquela revolução que estava no espírito do Príncipe ao escrever ao Pai depois do 7 de setembro para dizer que se o povo de Portugal tivera o direito de se constituir revolucionariamente, esse direito era dobrado para o povo do Brasil, que se constituía respeitando a ele próprio e às autoridades. Escrevia José Bonifácio a D. Pedro em São Paulo que a revolução estava preparada para o dia de sua partida, revolução do Brasil contra Portugal, e pedia como servo obedientíssimo de D. João VI que ficasse, separando o Brasil para fazer-lhe a felicidade, pois do contrário correriam rios de sangue. E D. Leopoldina dizia a mesma coisa: havia revolucionários até no Paço e no meio da tropa e que o Brasil se separaria com ele ou sem ele: devia colher o fruto antes que apodrecesse. Era essa a opinião do Conselho de Estado presidido pela Princesa na ante-véspera do 7 de setembro. Afinal, depois da Aclamação podia noticiar aliviado Mareschall a Meternich que a idéia de República baqueara de todo.

O mesmo agente austríaco, pensando na ameaça republicana, escrevia com simpatia a respeito de José Bonifácio: “luta contra a revo-

lução”. De si próprio dizia o ministro: nem realista puro, nem democrata puro, nem pelo despotismo real, nem sob as bandeiras esfarapadas da “suja” democracia. Nem “chumbo”, nem “carbonário”. Era um constitucionalista, zeloso das prerrogativas do Trono, disposto a concessões aos liberais, não sem reservas, partidário de um governo forte, sem despotismo, capaz de empreender reformas sociais significativas. A famosa representação paulista em favor da permanência do Regente, foi discutida como reacionária pelos liberais, como Cipriano Barata. Se José Bonifácio não fez figura de revolucionário, menos o seriam outros homens do sistema que cercaram o Príncipe, muitos dos quais acabaram com títulos de nobreza que os Andradas sempre recusaram. Sabia José Bonifácio, que bem conhecia o clima político europeu, e a quem Caldeira Brandt informava das disposições do Gabinete britânico, que tudo aconselhava a adoção da monarquia, neutralizando-se a ação dos democratas que poderiam provocar uma intervenção da Santa Aliança acalentada pelas ambições do Czar russo.

A adesão do governo régio de D. João VI, pressionado pela tropa e pelos motins populares do Rio de Janeiro, autêntica ou simulada, a revolução liberal portuguesa, esvaziara o movimento que, de resto era lealista desde as origens no Porto, de seu vigor revolucionário. A ausência de resistência por parte do Trono ou dos privilegiados transmutou a revolução em simples reformismo. E quando, com D. Miguel, a resistência passou à ofensiva, tudo se esvaiu em sonho do outro lado do Atlântico.

No Brasil, a tônica revolucionária também — salvo as guerras províncias de Independência que acerraram as vontades — se afrouxou por carência de oposição. O liberalismo impulsionado do alto, apenas em um momento posto em cheque pela dissolução da Constituinte e pela repressão da Confederação do Equador, não se defrontou nas suas fórmulas ou roupagens legislativas, com resistências de absolutismo ou de uma nobreza inexistente. Os grupos dominantes não se sentiam ameaçados nem se armaram para uma defensiva, antes, manipularam as instituições, de tal forma que onde não havia uma nobreza, ela foi napoleonicamente formada, embora inocente e para mero decor do Trono, sem os odiosos privilégios do Antigo Regime. Os “corcundas” ou “chumbos” não chegaram a se organizar e não lutaram. Os generais que combateram por Portugal, lutavam pelas Cortes liberais, não pelo Rei ou pelo Antigo Regime.

Lutaram sim contra o levante nacional, contra a independência da antiga colônia. Contra a desobediência. Lutaram sozinhos, mal apoiados por elementos portugueses que eram muitos e economicamente significativos, mas incapazes de estruturar uma resistência or-

gânica e combativa, mesmo nas províncias do Norte mais fortemente lusitanizadas. Com a omissão de D. João VI e com a liderança de um príncipe da dinastia, desobrigou-se o lealismo das populações de qualquer confronto de índole conservadora. As Cortes distantes, confusas, desarmadas de força executiva foram erigidas em inimigo, e esse inimigo bem pouco podia fazer em contraposição ao governo regencial que comandava o desafio. Os portugueses hostis, sem lideranças e sem polos de apoio, salvo o Maranhão desamparado e a Bahia por algum tempo, ficavam impotentes na maior parte do País para uma contraposição eficaz, inclusive no Rio de Janeiro onde eram bastante numerosos. Os capitães-generais das províncias que poderiam ter polarizado resistências, com a instituição das Juntas, estavam por sua vez imobilizados ou ausentes.

Do lado brasileiro, de parte algumas resistências provinciais, não ao liberalismo, mas ao governo do Rio de Janeiro, houve uma certa unidade, mas comprometida pelo matizamento das opiniões. Ao moderantismo de José Bonifácio vieram a contrapor-se de um lado o corcundismo provincial de Oyenhausen, Costa Carvalho e Francisco Inácio, e de outro, na Corte e mais grave, o liberalismo mais consequente da ala maçônica de Gonçalves Ledo que chegou a ser inquinada de infidelidade ao Príncipe, e de seus vizinhos republicanos acobardados mas inconformados com as frustrações. De mistura, uns e outros chegaram a viver nas ruas um Pedro primeiro sem segundo. O Grande Oriente que inventara a aclamação do 12 de outubro para substituir um plebiscito impraticável, reafirmando com esta serimônia maliciosa a soberania popular na investidura do poder, intentava ainda aprisionar a autoridade imperial mediante um juramento prévio da Constituição. A recusa de José Bonifácio, afeto à realeza, precipitou a ruptura.

As pressões republicanizantes desviadas deram ensejo à emersão de um constitucionalismo autoritário, mais de concessões que de adesão ao liberalismo ortodoxo, que inspirou, agora contra os Andradas aliados do Ministério, a dissolução da Constituinte e a outorga da Constituição de 24. Prevaleceram amplamente os elementos fronteiros, entre o liberalismo consequente e o conservantismo, coimbrões e lealistas, que deram o tom às instituições políticas nascentes. A diluição do que seria uma revolução densamente liberal tinha o mérito de assegurar viabilidade internacional ao movimento nacional, pois uma Constituição outorgada compatibilizava-se com o legitimismo das cortes européias e comprometia a doutrina do povo e do pacto social.

Pode ser que a Independência não tenha sido uma revolução na acepção plena da palavra, algo de totalizador, mas apenas uma revo-

lução política, não só quanto à implantação de novas instituições baseadas num sistema de governo representativo e no reconhecimento legal dos direitos individuais, mas principalmente na afirmação de nacionalidade pela definição de nova posição no mundo ocidental pela consagração de uma plenitude de soberania. Se porém, partimos da idéia de que as revoluções são fenômenos globais, a análise das relações sociais pode revelar que terão permanecido basicamente as mesmas, bem como as maneiras de viver e de conviver dos indivíduos, o regime do trabalho, a natureza das atividades económicas. E' possível que, longe de uma ruptura global com o antigo-regime tenha havido uma tranquila continuidade. Talvez, nestes planos, pouco mais do que terá acontecido quando o Brasil foi praticamente elevado a reino.

Uma mudança político-institucional é visível sem profundas comoveções globais, antecedentes e consequentes? Não terá mudado primeiro o complexo histórico brasileiro, para ao depois objetivarem-se as mudanças políticas? Poder-se-ia pensar que, em sincronia com a antiga metrópole, a adoção em lei de uns tantos princípios liberais não dissimula na Independência um caráter de golpe de estado *sui generis*, uma vez que de governo contra governo? Poder-se-ia mesmo pensar que juridicamente a Independência, na sua versão moderada, já existia desde a elevação do Brasil a reino, como no plano internacional, o alegaram Monroe para justificar o reconhecimento de fato, e a chancelaria francesa para enviar o consul geral Maler?

De início, muitos dos promotores do movimento reclamavam apenas uma revisão da associação dos reinos, uma união bem compreendida como se dizia, e a participação dos portugueses da América nos benefícios do liberalismo perfilhado por Portugal. A ameaça de uma política retrocessiva, a denegação de uma reatualização institucional com maior autonomia de decisão, o que parecia decorrência natural do governo representativo, suscitando resistências que evoluíram para uma conflitualidade fatal, deflagrou a ruptura, desfecho que desviou, por mais de dez anos, o próprio destino do liberalismo em Portugal.

Voltemos ao problema: revolução em 1822? No plano essencialmente político o caráter revolucionário reclama estudos em profundidade para respostas mais seguras. Se ampliarmos os horizontes, e consideramos revolução como um complexo de mudanças globais, há muito de que pensar-se ou repensar-se. Se a Independência pode ser situada como revolução nacional — que coincide com a liberal —, ela pode ser desdobrada em faixas de revolução: revolução política, revolução económica, revolução cultural, revolução social. A combinação delas compõe uma Revolução, isto é, uma mudança que alcança as estruturas. Em outros termos: houve independência política? econô-

mica? cultural? social? As instituições políticas foram sem dúvida redefinidas de alguma forma. Houve uma remodelação da vida econômica, ou o antigo regime econômico colonial, apesar da abertura dos portos, persistiu graças a tratados leoninos, com uma simples translação de metrópoles, de Portugal para a Inglaterra. Houve uma liberação da inteligência pela superação do imitativismo e da ancilaridade adaptativa de idéias alhures pensadas num fluxo contínuo de importações culturais? Houve um recondicionamento da ordem social colonial ou permaneceu o panorama stratigráfico mornamente o mesmo?

Só se pode falar em independência, em nacionalidade definida, onde, livre de dependências vitais, o povo encontra ou reencontra um poder de criação, de invenção, de ser, de pensar, de sentir, de agir a sua própria e distinta maneira. Uma consciência de força criadora de seu espírito, uma vontade de ir sendo sem decalcar modelos, um poder de escolher sem condicionamento os empréstimos culturais. Há independência, há independências.

Horizontes de pesquisa.

Este alargamento das idéias de revolução e de independência implica em novos desafios para o historiador pois o arrasta ao campo das totalidades para chegar às compreensões. O próprio fenômeno político não pode ser efetivamente compreendido se se omitem os mecanismos profundos em favor de uma História essencialmente factual. A crônica dos acontecimentos não exaure a História, porque é preciso ir além à caça dos significados. Não basta ainda preceder-se o estudo da Independência, como por exemplo faz Oliveira Lima, em sua bela obra, de uma visão da sociedade do tempo, para a seguir, na narrativa, esquecer-se a sociedade como se ela fosse apenas um pano de fundo para a ação do indivíduo. E' preciso sair ao encontro do social, trazer os grupos para o centro do devenir histórico, com suas idéias, seus sentimentos, suas mentalidades, seus costumes, suas técnicas de trabalho, suas posições relativas na sociedade global.

Se toda a revolução é social na medida em que coenvolve todas as camadas da sociedade, só a análise dos aspectos sociais da revolução, — ou que designativo se dê — liberal nacional de 1822 poderá permitir saber-se com alguma segurança se o que aconteceu naquele tempo foi ou não uma revolução, e quais as suas dimensões. Luta de classes, em termos marxistas? Classes, no mundo colonial?

Uma vez que toda a revolução afeta as relações sociais dentro de uma sociedade considerada como uma totalidade, não se pode chegar a compreender uma revolução, a de 1822, equacionando-a apenas

no âmbito dos grupos dominantes. Uma nova repartição do poder, em família, a portas fechadas, como se isso totalizasse o enredo? E os demais componentes daquele mundo humano? A massa popular terá despertado de seu torpor apenas para aceitar indiferente as novas combinações, quando o programa da Independência não seria seu, nem a Independência consumada sua própria iniciativa, nem por iniciativa dos governantes? A minoria atuante politicamente — centenas, alguns milhares? — não era o Brasil, e da Independência *do Brasil* se trata.

Estamos pensando nos mecanismos de participação dos vários grupos sociais existentes no Brasil no começo do século XIX. Schlesinger em 1918, Franklin Jameson, Irving Mark para Nova York, estudaram a Revolução Americana em termos de conflitos de classes, de alterações das relações entre elas, inclusive do sistema escravagista, os reflexos em relação à propriedade, ao comércio, à vida intelectual e religiosa. Jameson, por exemplo, mostra que o equilíbrio das classes foi afetado pela revolução. Lefebvre e Rudé estudaram as “*foules revolutionnaires*”, Soboul, a ação dos “*sans coulottes*” na Revolução Francesa. Elinor Barber estudou a burguesia no século XVIII, Forster, a nobreza, o Abbé Sicard, o clero sob a Revolução. Lembremos ainda que a vida econômica naqueles tempos revolucionários foi objeto de pesquisas, entre outros, de Labrousse para a França, de Ane Bezanson para os Estados Unidos. Desde Louis Blanc a Revolução Francesa tem sido definida como uma revolução burguesa, reservando-se à burguesia sobretudo em Albert Mathiez, o papel maior. Essa idéia mais recentemente tem sido objeto de reservas, como a do historiador inglês Cobban que nela vê um mito do triunfo da ordem burguesa sobre a ordem feudal.

Não podemos nos enveredar por pesquisas dessa natureza, equacionando a Independência em termos sociais? Palmer depois de mostrar que na Itália o papel maior é da nobreza, que nos Estados Unidos os elementos agrários são mais favoráveis à revolução que os cidadãos, que na França a sublevação popular é maciça, nota que em toda a parte os principais simpatizantes da revolução era gente da classe média, fora das categorias privilegiadas aristocráticas, patricias ou religiosas. A revolução portuguesa, demonstrou-o Piteira Santos, foi nitidamente burguesa. No Brasil o movimento nacional-liberal terá sido assim?

Dizia José Bonifácio que era preciso interessar as antigas famílias, os homens ricos que detestavam ou temiam os demagogos, ou seja os revolucionários radicais, e por isso a fórmula monárquica era a opção. Por vontade das Cortes, as Juntas provisórias — sabemos a im-

portância que tiveram nos acontecimentos — deviam compor-se de cidadãos de conhecimentos, probidade e adesão ao sistema constitucional, que possuíssem meios provenientes de bens de raiz, do comércio, da indústria ou de empregos. Isto equivale a dizer proprietários, comerciantes e bacharéis, isto é, burguesia, classe média. Lembremos o eleitorado censitário na escolha de representantes. Lembremos os ministérios de desembargadores com D. Pedro, a participação dos militares nos sucessos, a presença de padres nas assembléias e conselhos, e temos um ponto de partida para as equações sociais. A composição social dos organismos então criados, a partir das câmaras que já existiam precisa ser estudada.

E' verdade que as revoluções nacionais pela sua natureza interessando a todo o país e não propondo antagonismos de interesses de grupos sociais, ameaçadores uns, ameaçados outros, como acontecia na revolução liberal européia, a participação de todos os grupos nacionais tornava-se fácil, pois as rivalidades que podiam criar campos adversos não se propunham. Entretanto num Brasil racial, social e regionalmente heterogêneo, não sabemos se houve uma unanimidade deduzidas as resistências dos reinóis inconformados. Tudo parece indicar que não.

O Brasil era socialmente um mundo desnivelado e os contrastes marcantes não podiam deixar de surgir na emergência de uma insurreição das proporções do movimento nacional-liberal. Tomemos um exemplo: o Maranhão, tardo em aderir, pois só em julho de 1823 aceitou a separação, e cujos deputados em Lisboa sempre acompanharam as opiniões portuguesas. Os elementos dominantes — reinóis do comércio e do funcionalismo, os clãs familiares de senhores de fazendas de arroz e de algodão, e de gado no sertão, por interesses ligados sem simpatia aos portugueses, ou eram indiferentes ou infensos ao Sul regencial, preferindo as conexões com Portugal que lhes comprava os produtos e os supria de manufaturados. A eles, se opunham os deserdados, os que Gaioso chamou de geração misturada — negros, índios, peões, vaqueiros, pequenos lavradores hostis à dominação dos fazendeiros, mercadores e servidores da Coroa. Unidos os dominadores ignoraram a Independência. Quando porém cindiram-se os reinóis e os grandes proprietários nacionais, apoiados estes pelos filhos egressos de Coimbra, ansiosos de participação no poder, cisão presentida por Spix e Martius ante as tensões existentes, muitos fazendeiros oficiais de milícia passaram para a causa do Sul. Na brecha, num movimento do sertão para o litoral, quase anômalo no Brasil, irromperam decisivos os sertanejos, tendo à sua frente um boiadeiro — Salvador Cardoso de Oliveira com seus vaqueiros que depois de

tomar cidades foi cercar São Luís onde uma Junta lusitana fenecia assustada em torno de um marechal de armas.

O que queremos dizer é que na Independência, as lutas de facções provinciais não foram simples: dissídios entre brasileiros e portugueses, liberais e corcundas, por meras diferenças de nacionalidade ou de opiniões políticas. E' preciso contar com os enquadramentos sócio-econômicos. No Rio de Janeiro dominada por portugueses do comércio, do serviço público e de tropas, os burgueses identificam-se com o movimento liberal, e por via dele com a Independência apesar do temor de uma guerra eventual que lhes afetasse os negócios. A fim de levantar tropas para enfrentar Madeira na Bahia, lançou-se um empréstimo, rapidamente coberto na praça da Capital. Estavam porém divididos os homens de negócio, em geral portugueses: com dinheiro de um deles subornaram-se soldados para as agitações de 1821 de Macamboá e Romão de Góis a exigir o juramento das Bases e o regresso de D. João. Havia a questão do Banco do Brasil desamparado pelas Cortes, envolvendo grandes interesses. Os miudos do comércio, os caixeiros da rua do Ouvidor, como os soldados de guarda, esses, jovens reinóis que eram, discrepavam e se opunham provocadores à Independência.

Não foi porém, em suas grandes linhas o crescimento da força de uma classe — os proprietários rurais ou a burguesia mercantil dos portos que fez a Independência no intuito de usar o poder político para favorecer seu progresso econômico. Nos Estados Unidos os grandes senhores de terras tiveram papel decisivo: no Brasil, onde estiveram eles durante a crise de 1821-1822? Eram contudo os senhores silenciosos que vigiavam as agitações urbanas cômicos de sua força e prestígio. A revolução, na falta de abusos de nobres contra homens livres ou servos, não arguia abusos de grandes proprietários contra dependentes e escravos. A economia mercantil colonial dependia deles tanto quanto dos mercadores urbanos, ou mais. Eles contavam com que o fluxo dos escravos não fosse detido com o liberalismo e a pressão britânica e norte-americana. Estes homens cujo poder local permaneceu intocado, sem oposições no campo onde rendeiros, agregados, escravos nada podiam, nem nos centros urbanos que deles dependiam. Havia um sistema de dependência, de certa forma senhorial, a alterar-se, mas faltava consciência disto. O mandonismo foi ignorado, ao contrário da Polônia, onde houve coragem de consagrar-se, institucionalizando-se, o poderio dos magnatas territoriais. Por que?

No plano social parece que a Independência não foi capaz de atingir as estruturas tradicionais porque as relações entre as camadas sociais tais como se apresentavam não foram objeto de críticas, salvo

a escravidão na qual a Constituição liberal não ousou bolar, e em consequência não se cogitou de remanejamentos da ordenação social existente. Não havia discutir-se a abolição das ordens tradicionais, dos privilégios da nobreza, dos direitos feudais, dos monopólios corporativos, das alfândegas interiores, pois que esses inimigos da igualdade não existiam, ou eram de tal forma débeis que não configuravam opressão. A propriedade latifundiária, direito do homem que o liberalismo reforçava não sofreu alterações de marca, ao contrário, parece ter sido revigorada em seus lineamentos individualistas. Não havia uma nobreza a ser combatida, apenas altos funcionários arbitrários a serem disciplinados: Os latifundiários que poderiam ser postos em causa estavam eles próprios, complacentes ou indiferentes, — vejam-se as Atas das Câmaras —, na retaguarda do movimento, e os bacharéis deles tinham delegação tácita para fazerem as leis, sem maiores pressões da massa popular, dos homens livres, dos sem terras. O momento econômico, inestudado também, parece que os favorecia e aos mercadores seus associados em interesses.

Enfim parece que a Independência — essa revolução para muitos — não terá chegado a afetar substancialmente as estruturas sociais, a exemplo do que acontecera na Europa ocidental com a eclosão tempestuosa do liberalismo, numa sociedade mais urbanizada. Estudos acurados dirão a última palavra. De forma geral tem-se a impressão de um movimento essencialmente político e de certa forma artificial em face das estruturas sociais que perduraram fundamentalmente as mesmas. Com a Constituição, bandeira dos rebelados, limitava-se o arbítrio, tolhia-se aos reis funções legislativas e judiciárias com a divisão dos poderes, e escreviam-se direitos. Sequer um sistema fiscal mais racional foi intentado. O direito privado permaneceu o mesmo com a sobrevivência das Ordenações do Reino. Nem as relações entre a Igreja e o Estado foram revistas num sentido de laicização progressiva. Resta a fazer-se o balanço das conquistas de 1822.

Num Brasil de desigualdades regionais pode-se pensar em uma geografia da Independência tanto no que respeita aos acontecimentos, quanto em relação às mudanças consequentes. O estudo das reações e contra-reações locais, provinciais. Em geral a Independência é considerada como um processo urbano da corte do Rio de Janeiro com algumas ressonâncias provincianas: São Paulo, Minas. O comportamento das províncias — e não só as capitais, mas suas cidades — há de ser feito paralelamente, em conjunto, e não em análises factuais isoladas como se costuma fazer. Esses estudos terão de enfrentar o problema da difusão, do contágio, da lentidão do processo.

Este problema por sua vez nos conduz à questão esquecida das técnicas revolucionárias: do comportamento dos clubes — da Maçonaria por exemplo, do envio de agentes de sondagens e de inquietações como Paes Leme para São Paulo e Paulo Barbosa para Minas, Menezes Drumond em Pernambuco, Antonio Carlos em Minas, ou os delegados do Grande Oriente como Januário Barbosa em Minas e outros para as províncias vizinhas. Havia técnicas de manipulação das manifestações de massas nas ruas, ou de deflagração de motins e de aliciamento de soldados e milicianos. Os duelos de panfletos e pasquins alcançavam os níveis dos grupos alfabetizados e a agressividade do jornalismo incipiente tomava o lugar dos relatos noticiosos, substituindo razões pela veemência da linguagem.

Problema é o da celeridade do processo em ganhar o país interior em tempos de comunicações precárias: a difusão, tanto do movimento liberal português em 1821, quando do nacional sulino em 1822. Quanto tempo levou a revolução para ganhar o Brasil sertanejo, o Brasil inteiro? Tempo de caminhamento das notícias e das ordens, tempo de adesões e resistências. Fenômeno iniciado na Corte, na Província fluminense, em São Paulo, em Minas mais devagar, quando ficariam por sua vez independentes as províncias distantes. Sérgio Moreyra estuda a Independência em Goiás — quanto tempo depois do 7 de Setembro ficou independente aquela província, o tempo gasto pelos correios nas estradas impraticáveis, nas paradas diante das cheias dos rios que negavam passagem. Dada a lentidão das comunicações que deviam chegar às câmaras, e das câmaras chegar ao povo, pode-se perguntar se de fato o Brasil ficou independente a 7 de Setembro? A consciência da independência custava a se realizar. Durante meses a maioria dos brasileiros não sabia que isso tinha acontecido — os brasileiros do sertão, dos arraiais.

Há de outro lado a técnica difusa da conspiração de quartel ou de sacristia, ou ainda dos engenhos do Nordeste. Conjuras de soldados descontentes, de padres e beatos, de gente que se constelava em torno de párocos assomados, de senhores de engenho, de chefes locais por todo o Brasil grande, e não apenas na corte do Rio de Janeiro. Outro é o problema do comportamento dos círculos de governo, não só dos palacianos ao redor do Regente, dos que frequentavam São Cristóvão, mas também dos grupos de vocação áulica que cercavam os capitães-generais ou os comandantes de armas. Essa gente que nas cidades rodeava os capitães-mores e os clãs familiares locais. Esses elementos dependentes dos poderosos, afeiçoados à ordem monárquica deveriam por definição servir ao absolutismo: quando e como desertam eles e passam a conspirar contra o sistema vigente? Há

pontos e lugares de confabulações: o adro da igreja, a praça principal com a casa da câmara, a taverna. Às vezes os entendimentos se faziam em casas particulares de cidadãos respeitáveis — casas de conspiradores a serem vigiadas. Uma dessas vigilâncias, em Itu, precipitou o rompimento entre Feijó e José Bonifácio que nunca mais se entenderam.

Há certos aspectos típicos do momento e que são socialmente significativos. Agentes revolucionários inconfundíveis, populares, mas sob comando. O papel da capangagem. Foi grande por esse Brasil afora na época da Independência, sob a Regência e nunca se extinguiu de todo, chegando a dar a medida da força dos potentados locais. Neste particular os Andradas, José Bonifácio, foram mestres: a fama de tipos como Miguelina e Porto Seguro atravessou a história, e fazia Varnhagen desgostar-se de seu título de visconde de Porto Seguro. E havia ainda as clientelas de parentes e dependentes: até que ponto essas clientelas de chefes políticos pesavam em suas atuações e lhes deram força, sobretudo naquelas áreas em que explodiam conflitos e divisões.

Se insistimos em mecanismos e técnicas de procedimentos podemos alongar o problema até o plano internacional. Não apenas aquelas negociações de reconhecimentos: assunto já bastante estudado, bem e mal, mas estudado. A questão em termos de circulação não mais de ideologias em trânsito, mas as comunicações de maneiras de fazer, do *know how* revolucionário. Processos norte-americanos de chegar à separação com comitês, assembléias, manifestos. Processos franceses de fazer motins de rua. E assim por diante. Essas técnicas ao se transferirem para o contexto nacional, até que ponto seriam exequíveis no Brasil mestiço, no Brasil analfabeto, no Brasil interior desligado da faixa litorânea mais permeável ao acesso desses modelos de ação? Esses estudos nos levam à penetração nos mecanismos do processo.

De outro lado, força é considerar à luz do estudo das mentalidades os comportamentos desiguais dos grupos sociais, nem sempre claramente distintos. Estudam-se as biografias dos homens da Independência, e algumas existem de real mérito. Todavia é de se perguntar o quanto esses homens representaram grupos sociais determinados, ou neles se apoiavam para agir. Em termos de revolução, pelos elementos representativos comprometidos: revolução urbana, ou revolução rural? Inconformidade dos latifundiários, dos juizes e desembargadores, dos padres, dos jornalistas panfletários, de quem? De comerciantes, de altos funcionários da coroa? Da burguesia mercantil, de classe média, de gente do povo? Produto de quarteladas de oficiais ambiciosos? Qual a atitude dos grupos rurais: grandes fazendeiros, la-

vradores, criadores, vaqueiros? Aceitavam o movimento, ou dele participavam conscientemente. Quando D. Pedro caminha ao longo do vale do Paraíba, os filhos das melhores famílias vão compondo sua comitiva como uma guarda regencial: por que, socialmente, essa reação de nova geração?

A inércia, o indiferentismo em face da vida política e a ausência de participação crítica para agir ou deixar de agir é uma regra no Brasil — herança talvez da mentalidade colonial. Foi essa inércia afetada pelo sobressalto da Independência?

Houve uma ação catalizadora das juntas revolucionárias brotadas do movimento liberal. A representatividade dessas juntas precisa ser estudada: representantes do clero, da nobreza da terra, dos militares, dos comerciantes e de outros grupos. Dos proprietários de latifúndios, os verdadeiros poderosos dos lugares? Até que ponto esses grupos reeditavam, de certa forma, as tradicionais ordens do Reino? Nelas relevantíssimo era o papel dos homens de formação jurídica, os bacharéis, os que entendiam de leis e podiam ter cultura política. Em cada representação, em cada manifesto lá aparecia um bendito juiz, um desembargador, um advogado como redator. Presença de Coimbra. Com os padres, eles representavam a *intelligentzia* nacional-colonial. Qual o seu ascendente como elementos de poder, qual o seu apoio? Seus pensamentos, seus sentimentos, suas ambições, seus compromissos. O elemento mercantil, predominantemente português e quase sempre impopular como pode transitar do liberalismo de encomenda lisboeta para um nacionalismo de empréstimo?

E o povo em tudo isso? Falar em povo é pensar na mestiçagem, nos agregados, nos dependentes de vária natureza, nessa massa fluante, mal definida economicamente que povoava os núcleos urbanos, parte dela constelada aos latifúndios do termo, ligados de alguma forma aos grandes proprietários rurais. Aquela massa de rua que dá consistência aos pronunciamentos de rua, aos sobressaltos de inconformismo e, cá e lá, de violência. Seu papel real? Espontaneidade ou aparição sob comandos ocultos ou ostensivos?

A Independência é contada em torno da ação política de uns tantos homens que a terão feito: essa minoria, e os grupos sociais, receberam-na como uma dívida dos patriotas, sem nada fazer por sua conta? Até onde participaram, comprometeram-se, aderiram, politizaram-se? Até quando assimilaram as idéias fundamentais, sendo como eram, maioria de analfabetos e quase nunca eleitores?

Antagonismos? Hostilidades entre brancos e mestiços, climas de mútuas prevenções? Aos mestiços seria mais fácil que aos macombos

combater os portugueses. E' preciso interrogar os viajantes e eventuais arquivos judiciais e policiaes. Entremostrava-se entre medos a perspectiva de uma insurreição escrava na onda da desordem. O espectro da revolução do Haiti assombrava o pensamento dos senhores.

Quando falamos sem governo representa'ivo, em eleições, vem à mente a necessidade de mensuração demográfica. Quantos eram os brasileiros? Destes qual o número de eleitores, de indivíduos capacitados para a escolha de delegados, de deputados, ultrapassada a fase dos pelouros e das aclamações? Um punhado de indivíduos, de homens bons habilitados a participar da vida política, de resto, bem pouco independentes individualmente. Poucos, bem poucos os que podiam compreender liberdade e independência, essas idéias elementares do pensamento político. Mas é preciso encontrarem-se as dimensões humanas dos fatos, as quantificações dos que conquistavam direitos novos e de alguma forma passavam a opinar sobre a organização do Estado. Um total de cerca de 2 milhões e meio de homens livres: quantos hábeis para usufruirm direitos políticos? A população de uma cidade grande de hoje. Boa parte daquela população era de escravos despojados de direitos. Se se indaga da participação das massas, a análise demográfica histórica é uma preliminar.

Brasil é palavra que pode designar muita coisa diferente: mundo em nada homogêneo. Em 1822, o Brasil ficou independente, que Brasil? Esse personagem não é um universo. A demografia é um caminho de precisões, precisões relativas, o que quer dizer, de redução das imprecisões forçosas.

Há um elemento cujo papel reclama uma especial consideração em tudo o que acontece em países ibéricos. Refere-se o elenco dos temas propostos pelo Prof. Simões de Paula ao papel das Forças Armadas. A expressão é de hoje, mas o elemento militar ou para-militar das milícias urbanas é ponderavel na vida coletiva, nas definições de caráter político. Pensamos no comportamento das tropas do Rio de Janeiro, da Cisplatina, da Bahia, de Pernambuco? E' significativo porque eram elementos de certa forma politizados, e organizados. Officiais e soldados eram capazes de opinião. As rivalidades e ciumes entre officiaes portugueses e brasileiros pesaram nos acontecimentos. O drama da Bahia ensanguentada pelas lutas de Independência teve origem em um conflito dessa natureza: Madeira e Freitas Guimarães. Permanece ainda incógnita a atuação das milícias em torno de seus capitães-mores, concentrando em suas fileiras com patentes os elementos civis de maior relevo local.

Passando da consideração dos grupos para o seu enquadramento nas instituições do Estado, pode-se reclamar uma análise institu-

cional das estruturas políticas. As instituições que existiam sob o antigo regime como morrem e são substituídas por outras consentâneas como os novos tempos? Os capitães-generais figuras temíveis pela ilimitação de seu arbítrio, pequenos reis provinciais são substituídos por governadores de outra forma recrutados pelo governo central. Até que ponto essa substituição representou mudança substancial na vida político-administrativa, ou foi apenas aparente, uma nova nomenclatura? Os comandantes de armas que podiam rivalizar com os capitães-generais eram espectros para as liberdades civis: foram eles comedidos ou continuaram a ameaçar os governos com sua força? As Câmaras municipais transformaram-se da velha e medieval instituição democrática em organismos cada vez mais acaudilhados às chefias locais dos poderosos e dos clãs familiares.

Essas mudanças institucionais contam decisivamente para a existência coletiva. Dizer-se Independência ou Morte, não é definir muita coisa, é menos do que um projeto revolucionário. História é mudança: no que respeita às estruturas institucionais, ao passar de estruturas coloniais para a soberania nacional que é que muda significativamente?

No que respeita às estruturas de poder local, eficaz, os grandes chefes locais, os poderosos clãs familiares, procedentes do estilo colonial de existência persistem intangíveis, detentores reais do mundo e não de poder político de papel. Do passado colonial para a Independência, desta para o Império, do Império para a República, eões atravessam toda a espessura da história do País, como o poder local real, realíssimo e se alonga intocado e intocável como um desafio à ação do tempo. Contou a Independência com esses homens? Mudaram com a Independência e com as conquistas constitucionais?

Qual a extensão desse poder local no território: áreas urbanas, semi-urbanas, rurais? De novo, um problema de geografia político-social? Instituições concretas, à margem da lei que não ousa consagrá-las não de uma ou outra região ou província, mas do Brasil todo com suas variantes regionais. Pensamos em mapas da Independência, como vai ela avançando, etapa por etapa, primeiro como notícia, depois como transformação dos comportamentos políticos e administrativos. Chega como tomada de consciência de que algo de inaudito aconteceu, alterando a rotina da vida coletiva. Chega ao lado do mar, do Brasil atlântico aberto a um movimento global das revoluções liberais e nacionais que varrem os países do Ocidente, e daí por diante avança, não sem algumas inversões de direção, até os confins do Brasil sertanejo na sua indigência de politização.

Vista sobre o mapa como um processo de dilatação da consciência política nos imensos espaços continentais, ondulando para atingir diversamente grupos sociais díspares, a Independência com suas implicações liberais se transfigura de um fenômeno de corte, de um fenômeno puramente jurídico, em um movimento de dimensões nacionais, em algo que afeta as vidas das populações, com maior ou menor intensidade conforme o grau de receptividade que possam apresentar.

Há diferenças sensíveis de comportamento político no norte, no nordeste, no centro, no sul, em um país heterogêneo, e essa heterogeneidade condicionante precisa ser levada em conta, se se busca compreender uma independência que é muito mais que um grito principesco na colina do Ipiranga.

*

Conclusões? Não, não pretendemos concluir, pois apenas pretendemos suscitar problemas e reflexões, oferecendo alguns dados para o pensamento crítico. Talvez tenhamos sido, cá e lá, mais afirmativos do que podíamos ao nível atual dos conhecimentos que temos da História da Independência. Damos a essas afirmações o caráter de hipóteses, de provisoriedade, à espera de estudos válidos.

De tudo o que dissemos resultam apenas alguns problemas à espera de respostas. A Independência pode ter sido uma história de uma intensa e mal sabida frustração: a Independência precoce, a Independência possível ao nível da secessão política, em um país de maioria de analfabetos, de quadros demográficos escassos, com mínimo de concentração urbana e imensos vazios geográficos, sem densidade de população política. Ela chegou para cidades que não eram mais que aldeias rurais, e atravessou espaços quase impermeáveis à comunicação política. Nacional e liberal a um tempo as duas linhas se confundiam nos espíritos.

O liberalismo político pareceu impor-se como uma vitória, mas a quase ninguém venceu porque ninguém se sentia ameaçado por ele a ponto de combatê-lo com pertinácia. Não havia privilégio de nobreza e clero a destruir. Sairdos da burguesia ou do povo, com passagens por Coimbra, os juristas podiam sem empecos legislar liberdades, que na prática eram meias-liberdades, e para muitos liberdade alguma. Vitória por ausência de adversários. Nenhum abismo separava nobres e gente do comum e o absolutismo se diluira num paternalismo pouco atuante. Falta de nobres para usufruí-los, os privilégios não amargavam a vida de ninguém. Na América, além da dominação mercantil dos reinóis e da injusta preferência que tinham

para as funções públicas, os problemas eram outros: o abismo existia entre os homens livres e os escravos, entre os proprietários e os sem-terra, entre os mandões locais e os dependentes de sua força. Nestes problemas o liberalismo de importação, de formulário jurídico-institucional não iria tocar.

A irrupção do nacionalismo não alcançou, nem podia alcançar todas as faixas da independência nacional. Frutificou na secessão política, no despedaçamento do Império em dois segmentos, mas a liberação econômica, a independência cultural, o reordenamento da ordenação social num sentido nacional, sem modelos nem receitas estranhos, essas independências teriam que esperar a maturação.

Perguntamos se houve revolução, ou revoluções. As revoluções no sentido pleno do conceito atingem a totalidade dinâmica da vida histórica da sociedade, alcança a vida política, mas não se atém a ela. E neste plano não se limita a substituir uma camada dominante por outra sem atingir em profundidade a existência social. E' da natureza das revoluções repudiar o passado em benefício de uma vida nova, de novo complexo de vida histórica ainda que projetando no presente idéias, projetos, mitos elaborados no passado que se procura renegar como existência, como vida concreta. Neste sentido, toda a revolução sendo histórica é anti-histórica, na medida em que é descontinuidade, e procura desmascarar o passado e se isolar dele.

Quando um povo atravessou a "noite colonial" e emergiu à luz da Independência para se encontrar consigo mesmo e fabricar, sem modelos, sua própria história, começando o seu próprio futuro, ele toma seu destino em suas próprias mãos.

Com vivas à religião, ao rei, à liberdade propôs-se a revolução de 1822 na qual se insinuavam promessas de uma existência melhor pela remoção de um domínio tornado estranho. Depois desse início, e de uma breve fase destrutiva que surgiu de novo nas instituições, nas relações econômicas, nos costumes, nas formas de pensamento, nas criações do espírito nacional? Uma revolução se mede pelos resultados: sem eles ela se frustra em sedição, em insurreição, em golpe de Estado, e nada nos diz que uma revolução é necessariamente melhor que uma sequência de reformas, pois a diferença é apenas de ritmo mais ou menos acelerado. As revoluções triunfantes também se institucionalizam e refream os ritmos para sobreviverem. A revolução da independência política acabou quando se consumou a separação, até o momento da ereção e teste das novas instituições. Durou até 1840 quando essas instituições cristalizadas passaram a funcionar em pleno rendimento, tendo pois demorado cerca de 20 anos. Revolução?

A resposta depende do balanço dos resultados a se fazer em vários planos e não simplesmente do levantamento dos lances mais ou menos dramáticos da crise de 1821 a 1824.

Conclusões pessimistas? Decerto não. Apenas alguns problemas amplos que ficam pedindo resposta. Primeiro: o “milagre” nacional da unidade, com que foram superadas as heterogeneidades regionais. O Brasil como uma unidade política, social, cultural, emergiu da Independência, unido de apego aos ideais de liberdade. Se esses ideais continuaram a ser ideais, isso é uma outra história.

Em segundo lugar, apesar da despolitização geral, das amarras das poderosas chefias locais e mesmo regionais, da existência de clãs prestigiosos e da constante presença de elementos militares nas crises mais agudas, o Brasil não descaiu no caudilhismo, na anarquia pseudo-republicana, nem se desgastou em estéreis lutas intestinas, interregionais. A solução monárquica, por certo, teve um papel nessa preservação de uma ordem institucional.

Em terceiro lugar um problema de ritmo: a velha ordem colonial não se desmantelou de forma traumática, mas, persistindo alguns vigamentos tradicionais, muitas das mudanças essenciais se fizeram sem grandes sacrifícios coletivos, embora com a persistência de estruturas e práticas do sistema colonial a ser superado. Isto pode significar frustrações, inacabamentos, continuidade do domínio de minorias dominantes. O constitucionalismo, fórmula conciliatória entre tradições que se recusam a apagar-se e inovações que buscam impor-se, dado o seu caráter eminentemente jurídico, legislação, não propiciou o paraíso das promessas e decepcionou os que mais precisavam de uma nova ordem, mas também não afundou a bela criação portuguesa num inferno de ambições e desencontros.

Estas as observações que desejávamos fazer. Pedimos desculpas pela abusiva extensão e pelos passos de superficialidade que possa conter esta contribuição tão dubitativa à História da Independência.

*

Eurípedes Simões de Paula.

A Sociedade Cultura Inglesa de São Paulo publicou recentemente um relato de um negociante britânico no Rio de Janeiro sobre a Revolução de 7 de abril de 1831. Nesse relato, o Prof. Eduardo

d'Oliveira França encontraria, talvez, muitas respostas às indagações que fez. Pretendemos publicar na *Revista de História* esse relato, devidamente traduzido.

*

Eurípedes Simões de Paula.

Tem a palavra a Profa. Fernanda de Almeida Wright (FFLCH-USP).

Fernanda de Almeida Wright (FFLCH-USP).

À comunicação do Prof. Eduardo d'Oliveira França tenho uma acheга que prova a assertiva do que ele disse.

Isto é um fenômeno que aprecio em livro a ser publicado dentro em breve. Tratando do problema das comunicações, mostro como as cartas mercantis funcionaram na época da Independência como veículo de notícias políticas e comprovo isso através da correspondência diplomática americana, não aquela publicada por Robert Manning, mas dos anexos à mesma correspondência não publicados e que resultam de recortes ou papéis, e pelos diplomatas americanos aqui no Brasil. Nestes documentos é que se mostra a ação desta correspondência. Por exemplo, uma firma americana no Brasil: a Companhia de Maxwell e Wright recebia as notícias antes do diplomata norte-americano e disse ele se queixa e ao mesmo tempo sugere o uso da firma como correio diplomático. Este era sem dúvida o meio não só dos americanos, como dos portugueses, suprirem a lacuna da falta de notícias. Afinal eles tinham interesse em saber, como é que estava a situação política para avaliar como é que ficaria a situação econômica. Disso não resta a menor dúvida. Bem, também na questão da Independência como reformismo ou como revolução, isso constitui objeto de discussão em um dos capítulos do meu trabalho. Foi, pois muito satisfeita em responder também à Profa. Picolo aproveitando do que ela falou sobre 1820 e 1821 e na divulgação de um panfleto misterioso que acaba de resolver um problema que estava me preocupando já há tempos. Há na correspondência de John Graham exatamente um anexo jogado, sem mais nem menos, na correspondência consular e que está sem assinatura, dirigido ao "Povo do Rio Grande do Sul", concitando à luta contra o monopólio comercial. Eu não sabia donde é que vinha aquilo, naturalmente foi mandado pelo consul de São Pedro do Sul, porque em 1817 foi designado um consul

americano para Pernambuco, que é Joseph Ray e um outro para o Rio Grande do Sul. Aliás de Joseph Ray eu encontrei até uns problemas relacionados com a Revolução de Pernambuco. O outro documento que apareceu foi neste momento, resolvido sem mistério. Agora, quanto à maneira como se espalha a idéia revolucionária e quanto à destruição da existência concomitante de uma revolução de independência e de uma revolução liberal, realmente acho uma maravilha essa proposição e não trato dela, evidentemente, mas fico muito satisfeita, porque pelo menos uma pequena parcela daquilo que o Prof. França supunha ainda em aberto já foi trabalhado por mim. Quanto ao problema do militar como um veículo de cultura e divulgação de idéias, lembro que o Capitão Veloso lia o “Carcereiro” de Lindley, o qual informa ser o Capitão versado em astronomia. Há ainda outros depoimentos de Lindley sobre aquele padre Agostinho Gomes que possuía em sua casa um exemplar da obra de Tomás Paine. Quanto à idéia de federação, é uma idéia que também aparece nos EUA. Parece-me que os professores americanos aqui presentes sabem que no momento em que se propõe a Independência nos EUA essa idéia de Federação é uma das opções presentes na cabeça dos homens como solução. No estudo da declaração da Independência, seria interessante pesquisar mais a idéia de Federação. Parece que nos EUA um grande número de pessoas, pelo menos um terço da população estava a favor da preservação do *status quo*, ou seja acreditava na idéia de permanecer dentro do Império Britânico na posição de federados. Essa idéia não divergia muito do que se passou aqui no Brasil no momento da Independência, apesar da futura solução centralizadora. Agora, na minha comunicação para este congresso, prof. França, eu também analiso este comportamento aparentemente incongruente de pessoas que fazem a Independência quando se procuram soluções de caráter econômico e político. Mostro lá o homem mudando de posição a despeito de opções políticas e tarifárias e uma série de coisas. Então, ao ensejo de certas idéias magníficas que o Sr. expôs, às quais D. Myriam também acrescentou com grande propriedade novos pontos e às quais permito-me lembrar a minha contribuição, conclui-se que pelo visto há aqui alguma coisa sendo feita em matéria de pesquisa em novas áreas do estudo da Independência.

*

Eurípedes Simões de Paula.

Tem a palavra o Prof. Raul de Andrada e Silva.

*

Raul de Andrada e Silva (FFLCH-USP).

Não desejo acrescentar nada de novo às excelentes comunicações e contribuições críticas dos colegas, a quem felicito fraternalmente.

Desejo, entretanto, indicar alguns rumos para possíveis respostas às indagações formuladas pelo Orientador dos debates, Prof. Eurípedes Simões de Paula. Indagações que vieram carregadas de conteúdo altamente sugestivo. Dentre essas indagações, escolho duas, a cujo respeito vou passar a apresentar alguns elementos de resposta, a saber:

- a). — Por que o processo da Independência do Brasil se desenrola a partir de 1822, quando havia já alguns anos se manifestava nas províncias americanas do Império espanhol?
- b). — Estaria o Brasil social e economicamente preparado para a Independência?

Passo a considerar a primeira pergunta, lembrando antes que o Prof. Eduardo d'Oliveira França, em sua apreciação crítica da historiografia da Independência, aludira a um comportamento ou processo comum às revoluções americanas da época autonômica, o que é exato. Mas, esta indagação do Prof. Simões de Paula sugere, por outro lado, diversidades regionais, o que não é menos certo. Realmente, a História da América, inclusive a do Brasil, desenvolveu-se num contexto de generalidades e peculiaridades, justapondo-se aspectos comuns e particulares, nacionais e regionais, de tal sorte que a história americana não pode ser compreendida em sua inteireza, se não forem captados e explicados adequadamente ambos os aspectos.

Quanto ao conteúdo da indagação, começo por observar duas situações diversas: na Espanha caía a dinastia reinante, em 1808, por força da invasão francesa e do cativo de Carlos IV e do seu herdeiro, o futuro Fernando VII. Daí, durante a resistência espanhola, a formação das Juntas governativas, pelo modelo da Central de Sevilha, para que exercessem o poder em nome dos soberanos exilados; e na América, durante o *año diez*, a formação de Juntas congêneres, oriundas do movimento contra as autoridades espanholas locais, mas não contra Fernando VII. Enquanto isso, o Brasil tornava-se, com a transmigração da Corte portuguesa, a própria sede da Monarquia, atuando aqui a Realeza como agente de grandes reformas político-administrativas, que em nada afetaram as velhas estruturas sócio-econômicas, mas acarretaram a elevação do Brasil à categoria de Reino unido a Portugal e Algarves, em 1815. Assim, a presença do Rei e da Corte atuou como elemento estabilizador e conservador, até o momento do regresso de D. João VI a Portugal. Só então, desde março de 1821, teve início a crise da Independência, no Brasil.

Digo ainda que, sob o ângulo econômico, a abertura dos portos brasileiros ao comércio das nações amigas, apesar da posição privi-

legiada dos ingleses, por força do tratado de 1810, criava melhores condições de livre comércio para os exportadores do Brasil. Ao passo que nas colônias espanholas, uma das motivações do movimento de independência era justamente o estabelecimento da liberdade comercial, ainda não inteiramente conquistada, e até ameaçada, por causa dos conflitos armados entre as potências européias, na aurora do século XIX.

Finalmente, há uma similitude a considerar. Tanto no caso Brasil-Reino, como no das províncias hispano-americanas, o motivo determinante do movimento autonomista foi o insanável conflito entre os recolonizadores das Metrópoles e os liberais da América. Na área da América espanhola, esse conflito irrompeu mais cedo, desde o aparecimento de suas primeiras Juntas governativas, entre 1809 e 1810, organismos cuja legitimidade os liberais da Espanha se obstinaram em repelir; e no Brasil português, as resistências recolonizadoras, oriundas das Cortes de Lisboa, reunidas em 1821, só repercutiram decisivamente a partir de 1822, sendo que a essas resistências os patriotas brasileiros antepuseram o governo já estabelecido, na pessoa do Príncipe D. Pedro.

Afirmo que não era menos rígido e sugestivo o conteúdo da segunda pergunta, a qual comportava uma tentativa de resposta em duas direções, pelo menos. Em primeiro lugar, afirmativamente, parece que havia certos fatores sócio-econômicos favoráveis à Independência. Por exemplo, a existência de setores sociais interessados numa mais ampla autonomia para a expansão do comércio exterior e capacitados a esse tipo de atividade: a aristocracia de senhores de terras e escravos e a burguesia mercantil dos centros urbanos e portuários; e, por outro lado, a existência de uma nata de intelectuais, reduzidos em número, porém aptos a desempenhar a função de classe dirigente e cônscios de que o Brasil devia manter a todo custo sua autonomia plena.

Pergunto agora, no seu conjunto estaria a sociedade brasileira preparada para ser livre? Parece-me que não, a não ser que se reduza a Independência a mero processo de secessão entre o Brasil e Portugal. Por isso delineou José Bonifácio os seus conhecidos projetos de reforma que se destinavam, se concretizados, a uma reestruturação ampla da sociedade do seu tempo. Projetos que, mesmo não passando do plano de sua formulação teórica, vieram a pôr a nu as realidades sócio-econômicas que cumpria transformar e que configuravam a reforma da propriedade territorial, inclusive com a mira de propiciar a ascensão das camadas humildes à pequena propriedade; que visavam à abolição do tráfico e da escravatura dos negros, com a con-

sequente introdução de mão-de-obra livre, à civilização dos índios bravos e à educação dos negros forros, para torná-los assimiláveis ao corpo social; à instrução e formação cívica do povo. Se tais reformas tinham o caráter de urgência que se estampa nos mencionados projetos de José Bonfácio, sem dúvida uma das cabeças mais lúcidas do seu tempo, é forçoso concluir que, sem essas reformas estruturais, não estava a sociedade brasileira plenamente apta ao exercício da liberdade, ao separar-se de Portugal. Termino acentuando que, neste bosquejo de respostas, dadas de improviso, não se veja mais do que simples pontos de partida.

*

Eurípedes Simões de Paula.

Tem a palavra o Prof. José Ferreira Carrato.

*

José Ferreira Carrato (FFLCH-USP).

Depois de ouvir atentamente as diversas sugestões do Prof. Eduardo d'Oliveira França sobre o estudo ainda irrealizado de certas coordenadas históricas setecentistas que influíram na deflagração da Independência, quero destacar uma delas — que reputo fundamental — que foi a ação múltipla, e frequentemente intencional, dos doutores brasileiros da Universidade de Coimbra, depois da reforma de 1772, em prol de um movimento autonomista de sua terra. Digo frequentemente intencional, porque nem sempre sentem e se manifestam nesse sentido. Como, geralmente, ao saírem da Universidade, acabam tornando-se funcionários régios — e funcionários de categoria — consideram-se bons súditos de Sua Majestade Fidelíssima e se comportam como tais. Mas, o amor da terra natal acaba por prevalecer, e antenas vivas a captar o processo da desagregação da administração colonial em relação ao Brasil, fazem valer nas palavras e nas atitudes os seus anseios de independência política e econômica. Exemplo típico do doutor brasileiro altamente colocado em Lisboa, já prenunciando dias novos para sua terra é o naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva, que, em carta ao Conde de Funchal, em 1812, ofereceu-se para voltar ao Brasil, “para alguma coisa que possa ser útil ao Estado” e à terra onde nasceu, “a que deseja ansiosamente servir, porque conhece o que pode e deve vir a ser um dia” (1.a Carta de 30-VII-1812, no IHGB, do Rio de Janeiro); e longe de sequer pensar em ser o Patriarca da Independência, alguns anos depois, acrescentava quase prosaicamente que, “se lhe dessem tempo” — já era mais que cinquentão — “e lhe deixassem as mãos livres, ia plantar no Brasil as artes e a agricultura européia, por em administração regular os bosques, crias, pescarias e salgações e experimentar o seu pro-

reto de civilizar à cristã os índios”. . . Curiosa, a linha ideológica dos propósitos de José Bonifácio, bem ao estilo da burguesia ascendente luso-brasileira do tempo, que se põe em guarda contra a raça brasileira em formação (“liga de tanto metal heterogêneo” — como escreve na 2.ª Carta a Funchal), já fazendo concorrência contra os monopólios de toda ordem estabelecidos, começava a incomodar, e, na melhor linha dos ensinamentos de Adam Smith, sugere “que se removam os obstáculos da indústria”, que a razão e as ciências estimulam agora, a de “não empecer os vôos espontâneos da atividade particular, prêmio certo e pronto aos beneméritos e castigo aos pafifes” — como já revela a mão pesada que vai botar em sua ação política futura. Preocupado em “empregar-se na empresa do Brasil”, assiste junto do Conde de Funchal (sucessor do irmão Conde de Linhares, morto há meses) em enviar para o além-mar pessoal selecionado, científico, isto é, seus companheiros de banco da Universidade de Coimbra. Vale recordar, em poucas palavras, a reforma profunda por que passara a velha Universidade, sob o consulado pombalino. Ela fora resultado das novas idéias iluministas, que, a partir de 1720, com a fundação da Real Academia Portuguesa de História, com a influência crescente da elite dos “estrangeirados” na corte de D. João V, começaram a abalar as estruturas intelectuais do Reino, sob o domínio da Companhia de Jesus, desde meados do século XVI. Dentre esses “estrangeirados” — porque em geral viveram tempos fora do país, imbuindo-se do novo espírito do século — destacaram-se os cientistas Antônio Nunes Ribeiro Sanches e Jacó de Castro Sarmiento, os publicistas Luís Antônio Verney e o Cavaleiro de Oliveira, e mesmo os padres jesuítas João Batista Carbone e Domingos Capasso, sem falar nos oratorianos, que logo chegaram a Portugal e iniciaram uma linha didático-científica inteiramente revolucionária para o tempo, em franca divergência dos ditames da *Ratio Studiorum*, vigente em Coimbra e demais escolas do Reino.

Esse conflito com a Companhia de Jesus agravou-se a partir de 1750, quando subiu ao trono D. José I e chamou para seu todo-poderoso ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, inimigo fidalgo dos jesuítas. Não vale recordar os acontecimentos do grande conflito que se estabeleceu, já a partir de 1753, mas merece destaque especial a reforma do ensino das escolas menores — das primeiras letras, de gramática e de filosofia — que se seguiu à expulsão dos Inacianos do Reino e das colônias, a primeira experiência do Iluminismo europeu no campo pedagógico. Era o nascimento da escola pública, era a sua legislação, que pode ser mantida pela criação do “subsídio literário”, taxaço pombalina sobre carnes e bebidas. Mas, a grande obra pedagógica da administração pom-

balina foi a reforma da própria Universidade de Coimbra, em 1772, a cargo do ilustre homem público brasileiro (dos Campos dos Goitacazes, na Capitania do Rio de Janeiro) D. Francisco de Lemos de Faria Coutinho, prelado muito afeiçoado às novas idéias, e como o grande colega D. Frei Manuel do Cenáculo e o Pe. Antônio Pereira de Figueiredo, assessores intelectuais da obra reformadora do Marquês de Pombal. Foi natural que o Reitor e Reformador da Universidade facilitasse de todos os modos o acesso dos jovens brasileiros, recém-saídos das novas escolas régias de além-mar, aos bancos de Coimbra. E foi assim que toda uma geração deles foi formar-se ali, depois de 1772, até mesmo os dias da Independência. Muitos deles pertenceram àquele “tão grande número de moços aplicados e estudiosos” — a que faz referência Pombal, em famosa carta a D. Francisco de Lemos — como “nunca teve em tempo algum a Universidade de Coimbra” (Docs. Ref. Pombalina, I, LXXVII, Arq. Univ. Coimbra). E saíram doutores, em filosofia (história e ciências naturais), direito, medicina e teologia. Cientistas foram José Bonifácio, seu irmão Martim Francisco, Francisco José de Lacerda e Almeida, paulistas; os baianos Alexandre Rodrigues Ferreira, Baltasar da Silva Lisboa e o irmão José, futuro Visconde de Cairu; os pernambucanos José Correia Picanço e Manuel de Arruda Câmara (que iria fazer-se médico em França); e os mineiros Manuel Ferreira da Câmara e o mano José de Sá de Bitencourt e Acioli, Joaquim Veloso de Miranda e Vicente Coelho de Seabra Silva Teles, o primeiro o criador da indústria siderúrgica brasileira, o irmão do primeiro a instalar cerâmicas e refratários, e Veloso de Miranda, o notável naturalista, discípulo dileto do grande Domingos Vandelli, que o queria tanto a ponto de batizar espécies florísticas (a “canela de ema”, que chamou de “vellosia”) com o seu nome, fundador do Horto Botânico de Vila Rica (1799), experimentador de culturas de cochonilha, bicho-da-seda e ovelhas, sem falar em suas plantações de chá e dissecações de animais, lembradas nas *Cartas Chilenas*. Finalmente, o médico Seabra Silva Teles, lente de Coimbra, autor do primeiro *Tratado de Química* em língua portuguesa, pois foi aluno de Lavoisier em Paris.

Se recordamos esses doutores de Coimbra devotados às suas áreas científicas, aparentemente divorciados da realidade político-social e econômica do Brasil, nem por isso iremos considerá-los de pouca relevância no movimento da autonomia de sua terra. Vale agora incluir aqui o papel bem mais evidente e formal dos bacharéis e canonistas no processo da emancipação. O século XVIII pode ser considerado o tempo maduro das ciências morais e políticas. Grotius e Puffendorff anteciparam os postulados dos direitos das gentes, mas os seus mais eficientes propugnadores pertencem ao Iluminismo setecen-

tista: o direito civil iria ter a sua grande oportunidade na corte de Frederico o Grande, e seu genial sistematizador seria Savigny. O século pode orgulhar-se da humanização das condições da vida do homem, desde a afirmação lockiana de que todos nascem iguais e podem aspirar ao próprio sistema de governo, até ao direito da não-prição sem inquérito, à suavização do castigo por delitos (Beccaria) e, mesmo, à abolição da caça às bruxas e aos herejes. A safra dos doutores em leis e cânones que floresce no último quartel setecentista — especialmente dos brasileiros — sairá bafejada dessa nova mentalidade, verdadeiramente revolucionária para a época. Tomás Antônio Gonzaga, com o seu *Direito Natural* — mas principalmente depois, nas *Cartas Chilenas* — será a expressão mais típica dessa nova mentalidade, estimulada subterrâneamente pela cada vez mais poderosa Maçonaria. Ao falarmos em Maçonaria, ocorre logo a lembrança dos muitos doutores, coimbrãos ou não (especialmente estes, que foram estudar na Inglaterra e na França), decerto filiados às sociedades secretas desses países, como o foram José Joaquim da Maia (ainda estudante), Manuel de Arruda Câmara (fundador do misterioso Areópago de Itambé), José Álvares Maciel (o Inconfidente), os Irmãos Vieira Couto, e talvez Domingos Vidal de Barbosa, o nosso Tiradentes e o próprio Francisco de Paula Freire de Andrade. Seria sob a égide da Maçonaria que se encontrariam no movimento autonomista os cientistas, os bacharéis e os clérigos; as perseguições ao cientista Alexandre Vandelli, e ao médico paracatuano Francisco de Melo Franco (o delicioso autor do *Reino da Estupidez*), aos bacharéis Cláudio Manuel, Gonzaga e Mascarenhas, e aos padres Rolim, Rodrigues da Costa, Luís Vieira e aos clérigos da Revolução de 17, inserem-se, em sua vária condição e época, nesse contexto de eventos sequentes que pertenceriam àquela nova teoria de Michel de Foucault, que ameniza a prevenção contra a história “acontecimentalista”, mas não aceita igualmente as estruturas de “longa duração” braudeliiana. A grande constante dessa sequência de acontecimentos resultantes da ação maçônica é, não apenas a criação de um Brasil autônomo dentro do Reino e da Dinastia — como parece ser o pensamento de muitos dos doutores de Coimbra até mesmo depois da Abertura dos Portos — mas o estabelecimento do Brasil Independente de Portugal, e até republicano, conforme certas manifestações extremadas da ala mais avançada dos doutores, francamente bafejados pela Franco-Maçonaria, divergente e até antagônica aos ideais até então preponderantes e mais moderados da Maçonaria inglesa, a que pertenceriam alguns brasileiros influentes (Hipólito José da Costa, por exemplo).

Eis algumas formulações despreziosas sobre os veios de pesquisa preconizados pelo Prof. França, que poderiam ser tratadas com a profundidade e a dignidade que merece o grande tema da Independência.

*

Eurípedes Simões de Paula.

Tem a palavra o Prof. Brasil Bandecchi.

*

Brasil Bandecchi (FFLCH-USP).

O Prof. Raul de Andrada e Silva colocou bem a questão da ideologia e dos ideólogos da Independência, de maneira que estes já divisavam em seus trabalhos uma revolução que pudesse preparar o Brasil para o lance da Independência ou da separação de Portugal. A questão da terra e que traz consigo uma série de problemas aventados pelo Prof. Raul foi examinada por José Bonifácio ao ponto de se poder dizer sem receio de erro que foi o Patriarca quem ofereceu a primeira grande tentativa de uma reforma agrária nacional.

A Profa. Myriam Ellis, ao referir-se aos estudos de história regional, reportou-nos a um artigo de Capistrano de Abreu, escrito sobre Varnhagen. Nesse trabalho, o mestre cearense coloca bem a distinção entre ciência e história, explicando, em seguida, o porquê de, então, não ser possível escrever uma história geral do Brasil.

Quanto à divisão do Brasil em Brasis, não vai mal lembrar a obra de Oliveira Martins *O Brasil e as Colônias Portuguesas*, onde faz clara distinção entre o Brasil do Sul e o do Norte. Temos aí, em boa parte, a explicação das razões que levaram o Sul a formar aquele bloco constituído pelo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, abrangendo, também a Cisplatina, que tinha seu representante (Obes) no Conselho Geral dos Procuradores das Províncias.

Como se falou na população da época da Independência, lembremo-nos que era composta de cerca de 4.600.000 almas, das quais 1.000.000 seria de brancos, ou presumivelmente brancos, e o restante formado por mulatos, negros, índios, cafusos e mamelucos. Esses 4.600.000, espalhados pelo litoral e concentrados em alguns centros urbanos, possuíam evidentemente uma forma de pensar, cujo estudo está ainda por fazer-se, o que não é fácil na vastidão do território que mede mais de 8.500.000 quilômetros quadrados. Mas o que se pensava nos principais centros não é difícil de captar, pois as atas das câmaras municipais e os escritos da época aí estão para a pesquisa em boa parte já realizada.

Outro ponto que nos parece importante fixar é que antes da vinda da família real os movimentos libertadores eram ideologicamente republicanos. Com a presença da família real e a saída de D. João, mas com a ficada do príncipe, a ideologia republicana é encarnada por alguns espíritos mais avançados, mas o que passa a interessar é a separação, pouco importando, para a maioria, o regime. Já não se tratava, é bom repetir, de movimento contra a Coroa e, sim, de acelerar a Independência, que tem um dos marcos decisivos em 1808. Queremos lembrar ainda que aqui se falou muito da abertura dos portos e nada sobre o famigerado Tratado de 1810, que representa a anulação quase que total daquela medida e que deu à Inglaterra vantagens enormes, inclusive a criação de um juiz conservador no Rio de Janeiro.

Como no episódio da Independência o Brasil já era Reino Unido, fez bem o Prof. França em levantar a questão se estávamos frente à separação ou à Independência. Realmente o que vai acontecer é a separação. O Brasil vai se separar de Portugal, pois politicamente, embora mais no sentido teórico do que de fato, era um reino. A separação coloca-se diante de uma encruzilhada, entre escolher a República ou a Monarquia. A tendência maior, ou dominante, foi para a segunda, dada a presença do príncipe regente e de Da. Leopoldina, esta pertencente a uma das maiores famílias reinantes.

A descoberta das minas mudou em muito a estrutura econômica e social da colônia, de maneira a facilitar a propagação das idéias libertadoras, o que não podia acontecer nos dois primeiros séculos.

Queremos lembrar, também, o manifesto de 6 de agosto. Ele envolve, de qualquer forma, uma posição ideológica, embora seja um documento de ordem político-internacional. A nova estrutura econômica que determinou a mudança da capital para o Rio de Janeiro vem dar outra consistência ao pensamento político-social do Sul, razão pela qual a liderança do movimento libertador pertence ao Rio, São Paulo e Minas.

Foi lembrado que D. Pedro era um homem volúvel. E' de se notar, entretanto, que num processo revolucionário nem sempre os líderes podem se colocar dentro de pontos de vistas rigorosamente ideológicos, mas têm que acompanhar determinados movimentos a fim de poder controlar a situação. Numa das cartas que D. Pedro enviou a seu pai, lembra os conselhos que este lhe dera, entre os quais que no Brasil deveria se comportar e agir segundo as circunstâncias. E já que falamos em carta de D. Pedro, é oportuno lembrar as 36 que escreveu a D. João VI e que foram publicadas, com eruditas anotações, pelo historiador Augustô de Lima Júnior. Nessas cartas, notamos a evolução do pensamento de D. Pedro no que tange à Inde-

pendência e que tivemos a oportunidade de evidenciar, em artigo publicado na *Revista do Arquivo Municipal*.

Para encerrar, faremos referência às atitudes ora absolutistas e ora liberais do nosso primeiro imperador, o qual abdicou da coroa brasileira por tomar posição absolutista, contrariando a corrente liberal dominante. Isto nos traz à memória a célebre quadrinha:

“no dia 7 relembro / altas glórias do Brasil: / a Independência em setembro, / a liberdade em abril”.

No entanto, ao chegar em Portugal, desencadeia luta contra seu irmão D. Miguel, que era absolutista. Nesse momento, D. Pedro passa a ser o chefe dos liberais portugueses.

*

Eurípedes Simões de Paula.

Achamos que aquilo a que nos propusemos a fazer, foi bem compreendido pelos colegas e assim chegamos a algumas conclusões. Quando, com Carlos Guilherme Mota e José Sebastião Witter, tratamos da contribuição que o Núcleo paulista da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) poderia desenvolver por ocasião da XIV Reunião Anual da SBPC, logo pensamos no problema histórico que estava na ordem do dia: o Sesquicentenário da nossa Independência. Achamos que a reunião valeu a pena pelo resultado obtido, pelos problemas levantados em plenário, pelas comunicações apresentadas. Portanto, concluímos que, sem falsa modéstia, o Núcleo paulista da ANPUH lavrou um tento e que o resultado desta mesa-redonda foi positivo.

Não havendo mais quem queira a palavra declaramos encerrada a sessão.